[PRODUTO 1]

PLANO DE TRABALHO DETALHADO



FADE
UFPE
www.fade.org.br

Recife, agosto de 2006

SUMÁRIO

1. Contexto do Trabalho e Justificativa | 4

2. Objetivos | 6

2.1. Objetivo Geral | 6

2.2. Objetivos Específicos | 6

3. Metodologia Proposta | 7

3.1. Diretrizes para Orientação dos Trabalhos | 7

3.2. Rede de Atividades e os Produtos | 12

3.3 Cronograma de Execução | 28

4. Detalhamento das Grandes Dimensões e da Análise do Contexto | 29

4.1. Dimensão Social | 29

4.2. Dimensão Econômica | 32

4.3. Dimensão Ambiental, Territorial e Urbanística | 34

4.4. Dimensão Político-Institucional | 48

4.5. Análise do contexto | 50

5. As Equipes e a Divisão de Trabalho | 58

6. As Formas de Administração e de Participação na Elaboração do Trabalho | 60

7. Curriculos da Equipe | 61

1 CONTEXTO DO TRABALHO E JUSTIFICATIVA

O governo estadual e a sociedade do Rio Grande do Norte reconhecem a necessidade de definir para a Região Metropolitana de Natal um conjunto de iniciativas que possa servir de apoio, no futuro próximo, ao processo de desenvolvimento capaz de fortalecer a base produtiva e a geração de emprego visando a melhoria das condições de vida da população e o respeito ao meio ambiente. A isto se deve somar, em sucessivas gestões, a preocupação da administração estadual em observar a heterogeneidade espacial do Rio Grande do Norte, através da concepção de planos regionais nos quais os problemas e as potencialidades, específicos da cada sub-região, sejam considerados nos programas e projetos implantados. Por outro lado, já ocorreram iniciativas relevantes na direção de um tratamento da questão metropolitana, como a mobilização de que resultou o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal, instituído pela Lei Complementar n° 152, de 16 de janeiro de 1997, que definiu a Região Metropolitana de Natal.

Da parte do Governo Federal, a criação do Ministério das Cidades e a instalação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, ao lado do impulso ao processo de elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, constituem indicações do grau de prioridade dado às cidades e metrópoles, hoje, e a evolução esperada para o futuro. Por sua vez, o Congresso Nacional ao aprovar, recentemente, a Lei dos Consórcios – que permite e estimula a criação de consórcios públicos –, potencializa, institucionalmente, iniciativas como a elaboração de planos metropolitanos e execução de projetos de interesse comum a municípios integrantes de metrópoles.

Impossível deixar de considerar, neste contexto, o interesse dos governos municipais em promover a articulação das suas administrações, não só com o propósito de encaminharem soluções para os problemas comuns e imediatos, como em criar formas de mobilização para obter

meios adicionais que permitem resolver questões metropolitanas estruturais que começam a aflorar em virtude da crescente conurbação dos municípios da Região Metropolitana de Natal.

Ademais, o aglomerado metropolitano comandado por Natal tem dimensão que já recomenda planejar adequadamente seu futuro. Ademais, seu crescimento rápido recente aconselha não postergar essa iniciativa. Residiam na Região Metropolitana de Natal, em 2000, cerca de 1,2 milhão de habitantes. Além disso, a mancha urbana da Capital do Estado (com mais de 800 mil habitantes) cresce espacialmente na direção dos municípios de Parnamirim, Extremoz e São Gonçalo do Amarante. Lembre-se que o relativo sucesso de regiões metropolitanas que têm meios de transportes mais adequados deve-se à sua capacidade de antecipação, definindo estruturas e sistemas antes que tais problemas tornassem as soluções mais caras ou difíceis, diante do avanço do processo de urbanização e ocupação do território metropolitano.

Frente a tais processos em curso no interior da RMN e ao contexto estadual e nacional, constituiu uma oportunidade da maior relevância o esforço no sentido de iniciar trabalhos de conceber um plano metropolitano, no qual, ao lado da explicitação de diretrizes, ações e projetos, seja concebido modelo de gestão metropolitano no qual estejam reunidos técnicos e atores sociais metropolitanos representativos da sociedade, num esforço comum de desenvolvimento da metrópole.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Elaboração de plano estratégico para a Região Metropolitana de Natal no horizonte temporal de 2007-2020 e que contemple no seu detalhamento diretrizes, projetos e modelo de gestão metropolitano.

2.2 Objetivos Específicos

Entre os objetivos específicos do trabalho devem ser considerados os seguintes:

a) Concepção de diretrizes de ordenamento físico-territorial da Região Metropolitana de Natal.

b) Elaboração de diretrizes para a escolha de projetos estratégicos para o desenvolvimento sustentável da metrópole norte-rio-grandense.

c) Montagem de projetos de desenvolvimento urbano para Região Metropolitana.

d) Elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento social e econômico.

e) Identificação de ações que devam, de imediato, ser implantadas na Região Metropolitana de Natal.

f) Concepção de um modelo de gestão metropolitana.

3 METODOLOGIA PROPOSTA

3.1 Diretrizes para Orientação dos Trabalhos

a) Concepção de Desenvolvimento Sustentável

A discussão sobre o desenvolvimento tem evoluindo, há décadas, de perspectiva estritamente econômica, vinculada ao crescimento da economia e o processo de acumulação de capital, para a incorporação de outros aspectos da realidade, ausentes da visão tradicional. A concepção de modelos alternativos, capazes de enfrentar, além dos desafios econômicos, os sociais e ambientais, ademais de novas formas de gestão do desenvolvimento que se pretende alcançar. Essa é a abordagem mais recente.

Segundo a Comissão de Brutdland, numa visão muito sintética, o desenvolvimento sustentável é definido como "aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades"[1]. Tal concepção ressalta a base ética concentrada no princípio da solidariedade que envolve: (i) inter-gerações: o bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades futuras, (ii) intra-gerações: o bem-estar da minoria não pode ser construído em detrimento da maioria; (iii) inter-espacial: a sustentabilidade de um país/região/município não pode ser alcançada em detrimento da sustentabilidade dos outros.

Na mesma direção Ignacy Sachs assinala que o desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como "um conjunto de procedimentos no qual se deve crescer sem gerar exclusão, no qual a ética permeia todo o processo e o meio ambiente dever ser conservado e respeitado"[2]. Este desenvolvimento tem por base visão holística da realidade complexa e abordagem sistêmica da realidade.

[1] COMISION MUNDIAL DEL MÉDIO AMBIENTE Y EL DESAROLLO – "Nuestro Futuro Comum" Relatório Bruntland. New York. ONU. 1987.

[2] SACHS, Ignacy – "Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir – o caso do Brasil". In Revista de Economia Política – Volume 10, n. 1. Janeiro/Março. Editora Brasiliense. São Paulo. 1990.

Demanda, portanto, interdisciplinaridade e interação entre as diversas dimensões da realidade: sócio-cultural, ambiental, científico-tecnológica, político-institucional e econômica.

Ademais, a visão ética da solidariedade, que fundamenta o princípio de sustentabilidade, passa, necessariamente, por um longo caminho mediado por escolhas políticas e pelas condições complexas da realidade e seus conflitos e tensões internas. Dessa perspectiva, em termos operacionais, tal desenvolvimento deve ser concebido como um "processo de mudança social e elevação das oportunidades sociais, compatibilizando, no tempo e no espaço, Eficiência Econômica, Conservação Ambiental e Eqüidade Social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações"[3]. Reforçando esta idéia, Sachs, no texto citado, define o tripé básico do desenvolvimento sustentável: (i) a prudência ecológico, (ii) a eficiência econômica e (iii) justiça social.

[3] BUARQUE, Sérgio C. "Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco" (mimeo). Recife. 1994.

b) Dimensões da Realidade que Serão Trabalhadas

Decorrente da concepção de desenvolvimento assinalada, o trabalho a ser executado deve levar em conta as múltiplas dimensões da realidade, de modo a considerar, no conjunto das intervenções que venham a ser propostas, a complexidade da realidade metropolitana. Neste sentido, ao lado da dimensão econômica – que procura entender a natureza e a evolução dos processos produtivos e a forma como está organizada a produção –, é importante levar em conta o conjunto complexo de relações sociais e de condições de vida da população, para o que é da maior relevância estudar e acompanhar os indicadores sociais mais relevantes. Aspectos como os relacionados com a dinâmica demográfica, as relações de trabalho, as condições de saúde, de educação, de moradia, de nível e distribuição de renda e outras não podem deixar de ser estudados e considerados nas propostas de intervenção que venham adotadas.

Além disso, a dimensão ambiental, na qual se considera a relação das pessoas com o meio natural e os impactos da ocupação humana no território e dos processos produtivos sobre os recursos naturais, não pode deixar de ser analisada nem estar ausente das diretrizes e dos projetos que sejam concebidos como integrantes do plano metropolitano. A dimensão ambiental e a dimensão social constituem, como foi assinalado, os pontos centrais da sustentabilidade do desenvolvimento, na nova concepção adotada.

Outra dimensão que está presente é a político-institucional. Assim, devem ser investigados os atores políticos que influenciam o processo decisório na Região Metropolitana da Natal e que podem ter, portanto, peso relevante na implementação das propostas que devam ser implementadas, no futuro. Nesse particular, sobretudo quanto se pretende conceber o modelo de gestão para implementar plano estratégico, é importante levar em conta o jogo das forças políticas, as instituições e o marco regulatório que interferem na região e nas questões relevantes tratadas no plano.

A natureza do trabalho a desenvolver exige que seja realçada a dimensão espacial. A esse respeito, pretende-se abordar a localização da população, as atividades produtivas, a caracterização das relações sociais e das relações entre as pessoas e o meio ambiente no espaço metropolitano e, em decorrência, as formas como a população, em toda sua complexidade de relações, se organiza no território. Desses aspectos decorrem não só a compreensão da forma como está organizado o território metropolitano de Natal, mas a definição da localização das ações e propostas que integram o plano estratégico.

c) Metodologia Participativa

O plano estratégico deverá ser elaborado contando com a participação de atores considerados representativos da RMN e que têm, ou podem ter, influência marcante no processo decisório relacionado com as ações e propostas nele contidas. Para isto os procedimentos metodológicos adotados contemplam uma forte relação entre os trabalhos técnicos e as discussões políticas (relação técnico-políitica) que se expressa na Rede de Atividade que descreve a totalidade dos trabalhos desenvolvidos nos seminários, nos quais se pretende apresentar, discutir e validar os produtos intermediários e finais dos estudos que serão elaborados no decorrer do processo de montagem final do plano estratégico.

Ao lado desses momentos de discussão e validação, são, também, consideradas reuniões e oficinas com lideranças e representantes de atores políticos relevantes, com os quais se pretende obter informações importantes para a realização dos trabalhos e, simultaneamente, estabelecer um diálogo com representantes de segmentos sociais importantes para a transformação da realidade da Região Metropolitana de Natal na direção definida num plano estratégico que tenham passado por um processo de avaliação e validação política.

É importante considerar que está contemplada a formatação de modelo de gestão que deve definir não só uma estrutura mínima para administrar a implantação do plano estratégico, mas que considera, na sua estrutura de decisão, a representação dos atores sociais julgados importantes no processo de concretização das diretrizes, ações e projetos do plano estratégico.

d) Integração do Esforço de Descrição-Análise com o de Síntese-Interpretação

O estudo sobre a Região Metropolitana de Natal deve considerar, ao lado dos trabalhos de descrição e análise – imprescindíveis ao conhecimento da realidade metropolitana nas dimensões econômica, social, ambiental, espacial e político-institucional –, as atividades de síntese e de interpretação que permitam, em etapa posterior, a formulação de diretrizes e de ações e projetos de desenvolvimento metropolitano. Isto significa que, em cada dimensão, ao se analisar a realidade, é da maior importância que sejam extraídos elementos de síntese ou interpretação que permitam gerar propostas, hierarquicamente estabelecidas, passíveis de serem contempladas pelo plano estratégico.

A explicitação da necessidade de identificação das ameaças e oportunidades oferecidas pelo contexto no qual se situa a Região Metropolitana, ou dos problemas (fragilidades) e potencialidades existentes na própria Região, significa orientação no sentido de conclusão de cada parte do estudo visando extrair elementos que venham a constituir base para a formulação de proposições, sob a forma de diretrizes, projetos ou ações imediatas. No mesmo sentido, a ênfase na hierarquização constitui a explicação do esforço de aproximar as conclusões dos trabalhos de análise da identificação dos pontos fortes e fracos do ambiente ou contexto (oportunidades e ameaças) e da própria Região Metropolitana ou objeto do trabalho (potencialidades ou problemas) das ações e propostas que se pretende conceber no plano estratégico. Como se verá na rede de atividades, cada momento de análise e descrição é acompanhado de síntese ou interpretação que, por sua vez, é seguido pela explicitação das propostas.

e) Contextualização da Região Metropolitana

O trabalho considera que a RMN, sua evolução e as suas tendências não podem ser compreendidas sem que se explicite o contexto ou o ambiente externo no qual ela está imersa e do qual tem uma grande dependência. Neste sentido, considera que é parte do estudo da Região o conhecimento desse contexto e, sobretudo, dos condicionantes positivos (oportunidades) e negativos (ameaças) que interferem na metrópole e que explicam parte relevante do seu desenvolvimento atual e deverão explicar a sua trajetória futura.

Esse contexto está constituído pelo conjunto de transformações e relações internacionais que interferem e podem interferir no futuro no desenvolvimento da Região (contexto internacional), pela socioeconomia brasileira (contexto nacional) e pela socioeconomia do Rio Grande do Norte. Em qualquer desses aspectos não se pretende proceder a estudo exaustivo da evolução recente nem projetar seu desenvolvimento futuro, mas explicitar as transformações relevantes que estão ocorrendo e as relações que mantém com RMN, que podem, de forma decisiva, influir no comportamento presente e futuro da Região. Em síntese, o que se busca é a identificação das ameaças e as oportunidades que o ambiente social e econômico da Região Metropolitana tem sobre a metrópole norte-rio-grandense e que pode, no futuro, continuar sua influência.

f) Concepção de Trajetórias mais Prováveis e Visão de Futuro

Nos procedimentos metodológicos adotados considerou-se relevante a explicitação das tendências futuras e da concepção de uma imagem-objetiva futura da Região Metropolitana, como elementos necessários para a avaliação do desenvolvimento ocorrido no passado e para a elaboração de propostas. Neste particular, leva-se em conta a necessidade de referencial futuro com base no qual se possa discutir a construção de uma Região Metropolitana que se aproxime da imagem-objetiva ou da visão de futuro, discutida e validada em seminários que contaram com o envolvimento de técnicos e atores políticos mobilizados na concepção do plano estratégico.

A concepção da imagem-objetiva ou da visão do futuro da RMN resulta da identificação das tendências ocorridas em período recente nas várias dimensões da realidade estudada, da hierarquização das ameaças e oportunidades detectadas no contexto e dos problemas

(fragilidades) registrados na Região e de uma discussão que envolve a explicitação das tendências consideradas mais prováveis para o ambiente externo e para a metrópole. Tais insumos deverão ser levados em conta para a montagem da visão de futuro da Região, considerando-se, de início, apenas a percepção dos técnicos envolvidos na concepção do plano estratégico e, posteriormente, envolvendo os atores políticos representativos nas discussões relativas ao plano estratégico da Região.

g) Conteúdo do Plano Estratégico: Diretrizes, Projetos, Instrumentos de Política e Proposta de Modelo de Gestão Metropolitana.

Os trabalhos a serem realizados envolvendo as diferentes dimensões da realidade metropolitana, desde o diagnóstico, passando pela montagem da visão de futuro e da avaliação estratégica, convergem para, na sua etapa final, conceber o Plano Natal Metrópole 2020. Este plano – que depois de sua versão técnica, será discutido em seminário com representantes da sociedade civil – deve conter, em seus capítulos: (i) diretrizes voltadas para o ordenamento físico-territorial, (ii) um conjunto de diretrizes orientadas para seleção dos projetos estratégicos, (iii) projetos de desenvolvimento urbano, projetos ambientais e projetos socioeconômicos, (iv) propostas de ações imediatas e (v) finalmente uma proposta de modelo de gestão metropolitano.

3.2 Rede de Atividades e os Produtos

Com base nas diretrizes para a elaboração dos trabalhos, já explicitadas, seguem-se os procedimentos metodológicos que devem ser adotados na montagem do plano estratégico e a explicitação dos produtos intermediários e finais montados durante o processo de elaboração. Na apresentação dos processos são identificados os momentos mais relevantes nos quais sucede a interação entre equipe técnica e atores políticos que avaliam os produtos resultantes dos trabalhos técnicos realizados.

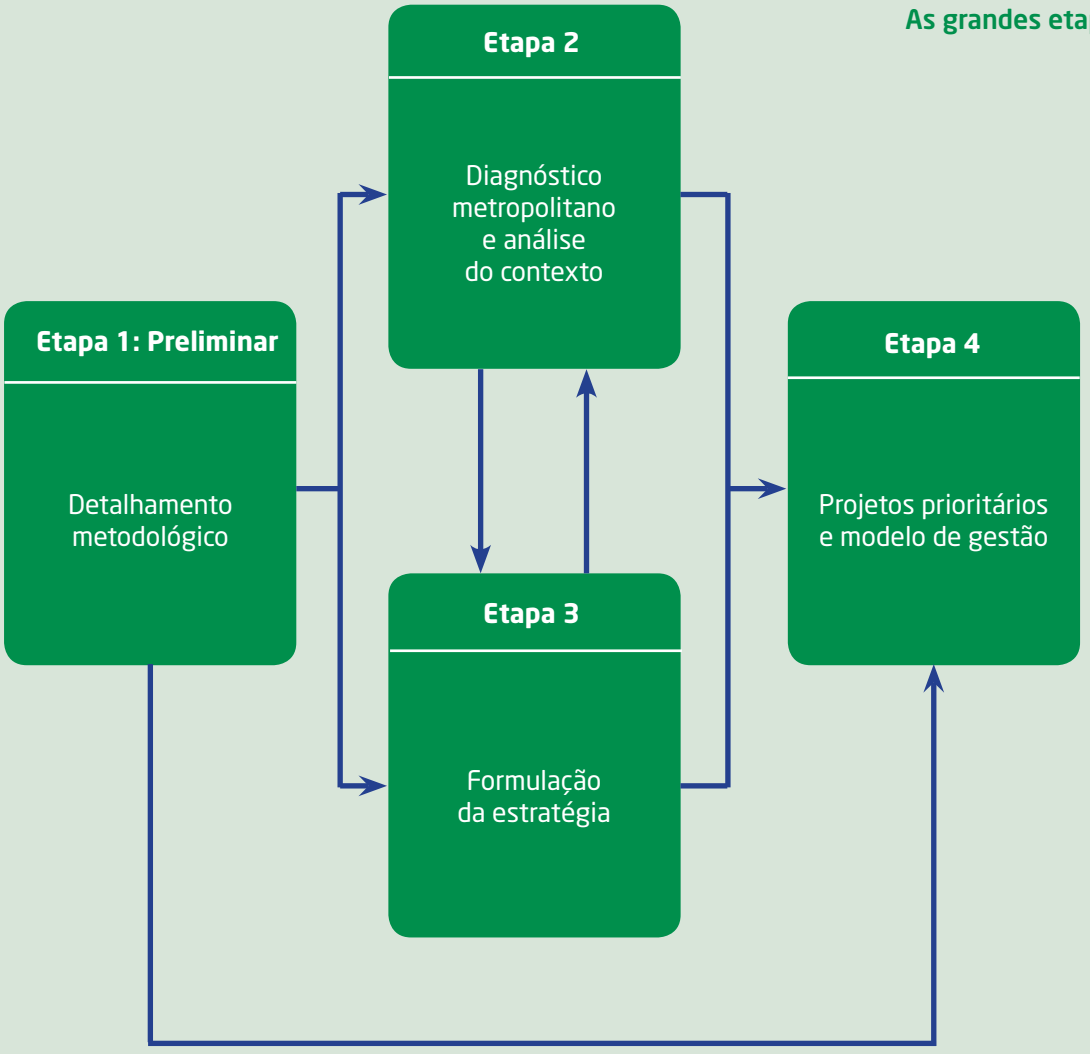
A fase do detalhamento dos procedimentos metodológicos comporta três partes principais: (i) explicitação das grandes etapas dos trabalhos, (ii) descrição de cada uma delas, com seus produtos e com

os momentos relevantes no processo da interação técnico-política e, (iii) finalmente, os produtos principais.

a) As Grandes Etapas do Trabalho

O Gráfico 1 ilustra as quatro grandes etapas do trabalho de montagem do plano estratégico da Região Metropolitana de Natal, a saber: (i) etapa preliminar de detalhamento metodológico, (ii) etapa 2 do diagnóstico metropolitano e análise do contexto, (iii) etapa 3 da formulação da estratégia, e, finalmente, (v) etapa 4, voltada para a concepção das diretrizes, projeto, ações imediatas e modelo de gestão metropolitano.

Gráfico 1
Rede de atividades
As grandes etapas



A etapa 1, preliminar, de detalhamento metodológico se resume aos esforços iniciais voltados para uma melhor definição dos procedimentos que devem ser adotados no decorrer dos trabalho, definidos atividades, prazos, produtos, divisão de trabalho e equipes engajadas na realização das tarefas. Nesta atividade, como nas demais que serão detalhadas, está previsto um momento de trabalho, predominante técnico, seguido de um momento de interação técnico-político no qual se procedem a avaliação e validação dos resultados do esforço técnico empreendido nesta fase.

A etapa 2, do diagnóstico metropolitano e análise do contexto, seguramente a mais complexa do trabalho, envolvem as atividades de análise e descrição da realidade metropolitana, da perspectiva das diversas dimensões, e a análise e descrição do contexto. Está previsto o desenvolvimento de atividades iniciais de síntese e de interpretação das análises realizadas, através da identificação das ameaças e oportunidades do contexto metropolitano e através do enunciado dos problemas e potencialidades da Região.

A etapa 3 abriga o tratamento inicial das conclusões do diagnóstico, identificadas na etapa anterior, e a atividade de construção de uma visão de futuro (ou imagem-objetiva) da Região Metropolitana. Finalmente, são consideradas, ainda nesta etapa, um conjunto de atividades preparatórias para a montagem do plano estratégico: as atividades voltadas para a identificação de desafios de macro-diretrizes.

Finalmente, na etapa 4, de montagem e validação do plano estratégico, são explicitadas as diretrizes, os projetos, o conjunto de ações imediatas e o modelo de gestão metropolitano. Também aqui deverá ser submetida ao processo de discussão, avaliação e validação a versão técnica do Plano Natal Metrópole 2020.

É importante destacar que, de acordo com a descrição sumária anteriormente apresentada, as quatro etapas se caracterizam por papeis e funções muito diferenciados no conjunto dos trabalhos necessários para a montagem do plano estratégico. A (i) primeira por seu caráter *preparatório* de definição dos caminhos que devem ser seguidos, a (ii) segunda etapa constituindo, predominantemente, um conjunto de atividades que se caracterizam pelo esforço *analítico e descritivo* da realidade na qual se pretende intervir (Região Metropolitana) e do seu contexto (ambiente externo), a (iii) terceira etapa centra seus esforços na realização de uma *síntese e interpretação* da realidade, descrita e analisada, na tentativa de – com ajuda da visão de futuro – identificar quais os grandes desafios

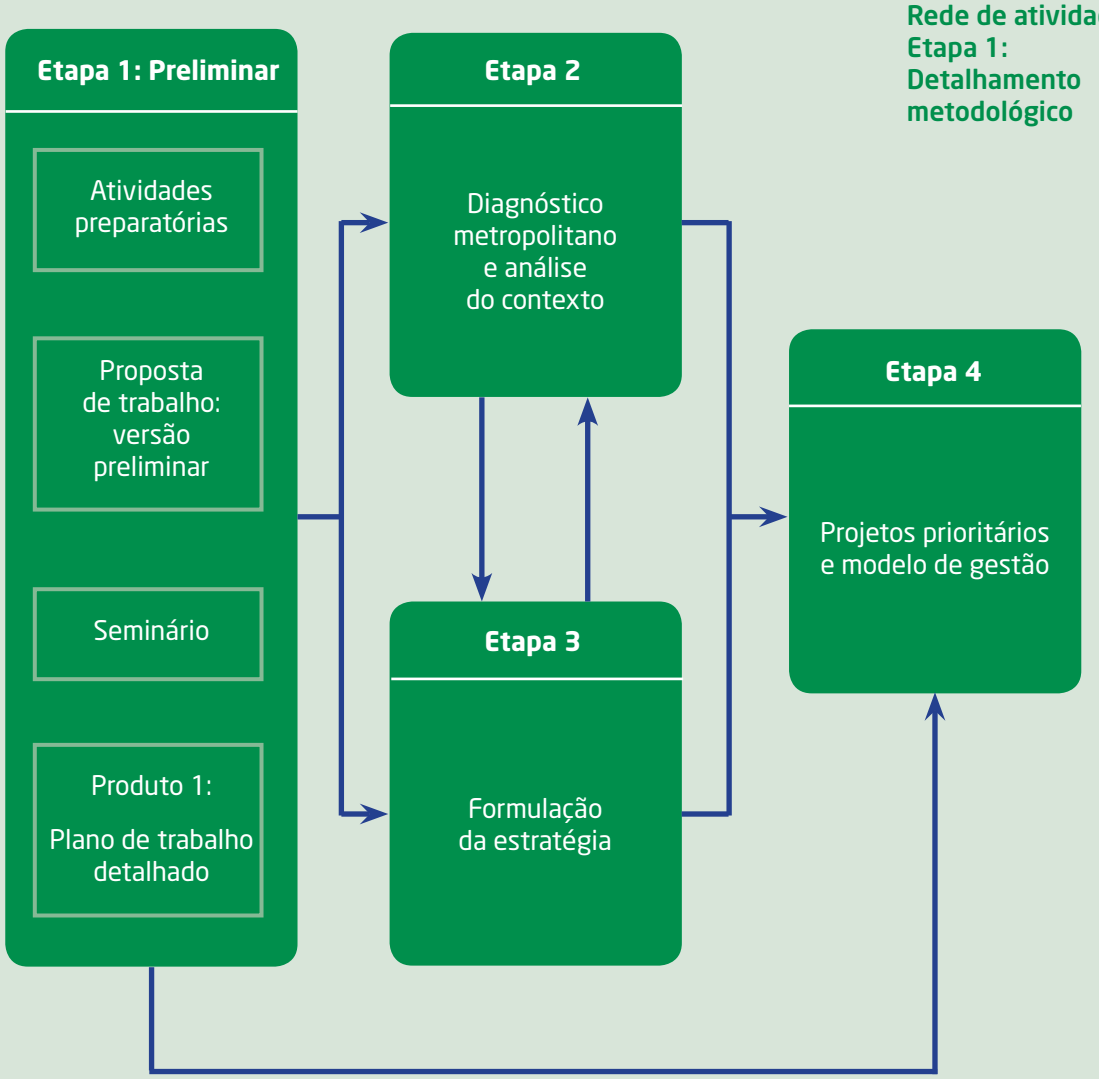
e as macro-diretrizes que devem nortear a superação dos problemas metropolitanos e, finalmente, a (iv) quarta etapa desenvolve o esforço de *detalhamento* das diretrizes selecionadas, aproximando-se das propostas, projetos e diretrizes operacionais que detalham os esforços necessários para a superação dos problemas.

b) Descrição de Cada Etapa, seus Produtos e os Momentos Relevantes de Interação Técnico-Política

Etapa 1. A primeira etapa do trabalho está constituída pelo *detalhamento metodológico*, no qual – após a montagem da equipe e a disseminação dos procedimentos que devem ser adotados na realização dos trabalho –, é feito o arranjo visando definir a forma de articular a equipe técnica com os contratantes do trabalho a ser realizado. É elaborado um documento técnico de detalhamento que é avaliado e validado em seminário.

No Gráfico 2 são apresentados, de forma mais detalhada, os passos a serem dados nesta etapa. Em primeiro lugar, são consideradas as atividades preliminares – formação e discussão técnica dos procedimentos metodológicos a adotar nas distintas fases do processo e pelas diferentes dimensões, além da articulação técnica e político-administrativa com os contratantes e a coordenação do plano estratégico – e, em seguida, a montagem da versão técnica do texto de detalhamento dos procedimentos da metodologia do plano.

Gráfico 2
Rede de atividades Etapa 1: Detalhamento metodológico

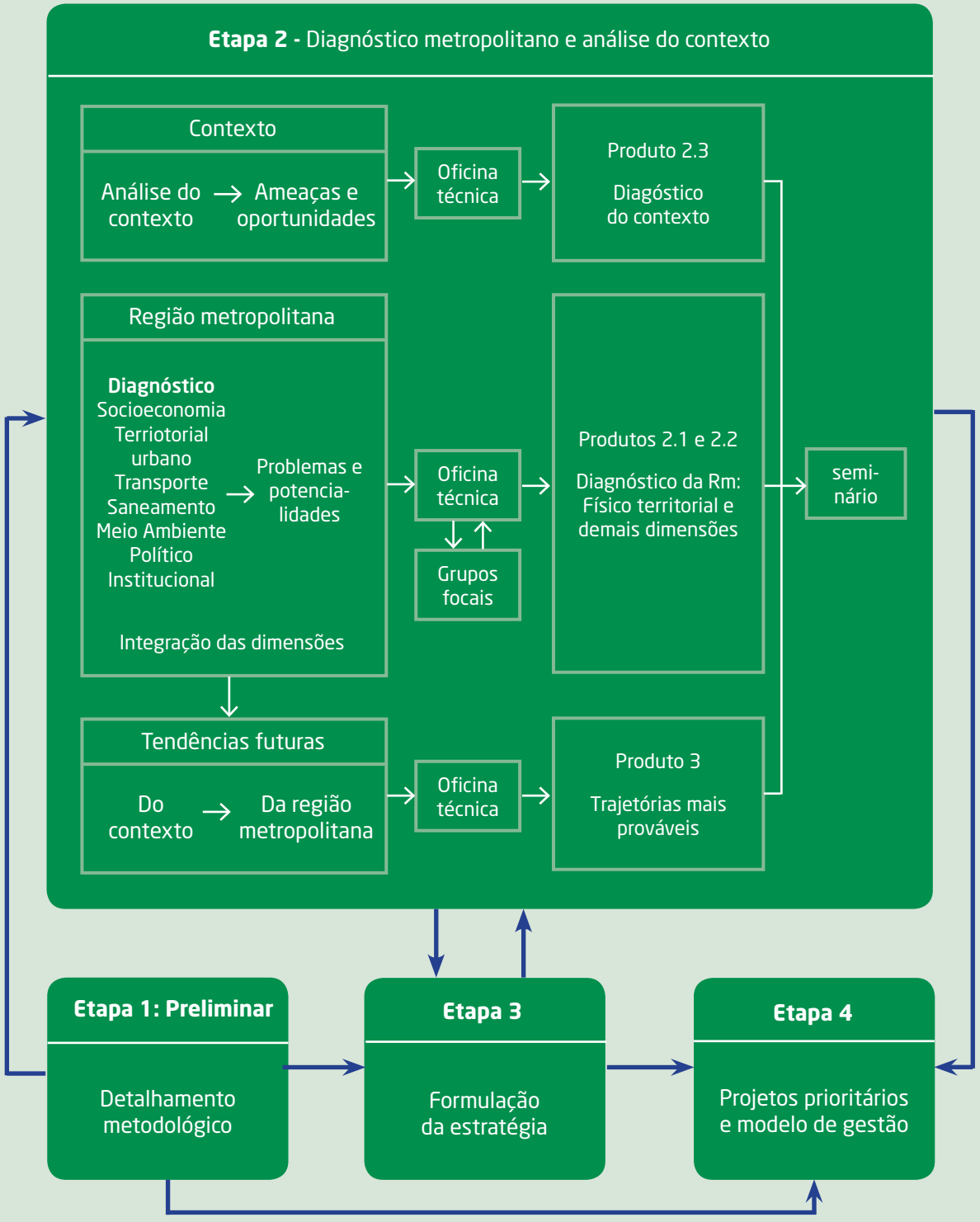


Uma vez definida, em versão técnica, a metodologia será apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal, onde será submetida à discussão, da qual deverá resultar o documento final com os objetivos gerais e específicos do trabalho, as diretrizes para orientação dos trabalhos, a rede de atividades e os produtos, o cronograma de execução, o detalhamento das grandes dimensões, as equipes e a divisão de trabalho e as formas de administração e de participação na realização dos trabalhos. Este é o Produto 1 que deverá ser encaminhado aos contratantes.

Etapa 2. A mais complexa das etapas de montagem do plano estratégico, compreende o *diagnóstico metropolitano e a análise do contexto*. Como se fez referências nas diretrizes para elaboração do plano, considerou-se da maior relevância que o conhecimento da realidade da Região Metropolitana de Natal não poderia ser obtido sem situá-la no contexto ou no ambiente externo no qual está inserida: internacional, nacional e estadual. Neste caso, embora não se pretende realizar um trabalho exaustivo a respeito do ambiente externo da Região, considerou-se que deveriam ser conhecidos e explicitados aspectos relevantes desse contexto, que influenciam e interferem na realidade metropolitana, condicionando o seu passado recente e, certamente, o seu futuro no médio e longo prazo. Dessa forma, levou-se em conta que pontos relevantes do ambiente internacional, do contexto regional e estadual deveriam ser considerados na análise.

À análise do contexto segue-se síntese ou interpretação na qual são explicitadas as ameaças ou oportunidades desse ambiente externo que têm e podem ter interferências negativas ou positivas para o desenvolvimento da Região Metropolitana de Natal.

Gráfico 3
Diagnóstico metropolitano e análise do contexto



Simultaneamente à análise do contexto, é realizado o diagnóstico da Região Metropolitana de Natal, que envolve as dimensões referidas – social, econômica, espacial, ambiental e político-institucional – e implica, portanto, na realização de estudos referentes aos aspectos sociais e econômicos (inclusive das finanças públicas), ao territorial urbano, ao saneamento e meio ambiente e à análise político-institucional. Da mesma forma que a atividade de análise do contexto, a análise e descrição da Região Metropolitana deve ser seguida de esforço de síntese ou interpretação, no qual são identificados os grandes problemas (fragilidades ou fraquezas) e as potencialidades que, superados (os primeiros) ou aproveitadas (as segundas) podem constituir-se pontos centrais no desenvolvimento sustentável da metrópole norte-rio-grandense.

Analisados, descritos e interpretados o ambiente externo e a Região Metropolitana de Natal, as atividades de montagem do plano estratégico podem ter continuidade no esforço de identificação das tendências futuras referentes tanto ao contexto como à metrópole. Com isto o que se pretende é explicitar - se as coisas continuam como estão, no ambiente externo ou na Região Metropolitana - as perspectivas mais relevantes que no futuro podem ser identificadas para o ambiente externo e a metrópole, nos vários aspectos da realidade que está sendo estudada. Vale lembrar que é com base nessas tendências futuras e na imagem-objetiva (ou visão de futuro desejável) que se tem da Região Metropolitana, a ser trabalhada posteriormente, que deverão se pensadas as transformações passíveis de serem promovidas pelas políticas de desenvolvimento sustentável.

Os resultados obtidos nas três grandes atividades descritas no Gráfico 3 - análise do contexto, diagnóstico da Região Metropolitana e elaboração de tendências futuras - deverão ser submetidos a discussões em oficinas técnicas. As sugestões, complementações e retificações apresentadas, ali recolhidas, serão incorporadas aos três produtos seguintes:

a. Produto 2.1 - Diagnóstico da dinâmica físico territorial e aspectos urbanísticos,

b. Produto 2.2 - Diagnóstico por dimensão metropolitana (econômica, social, ambiental, saneamento e transporte, dimensão institucional)

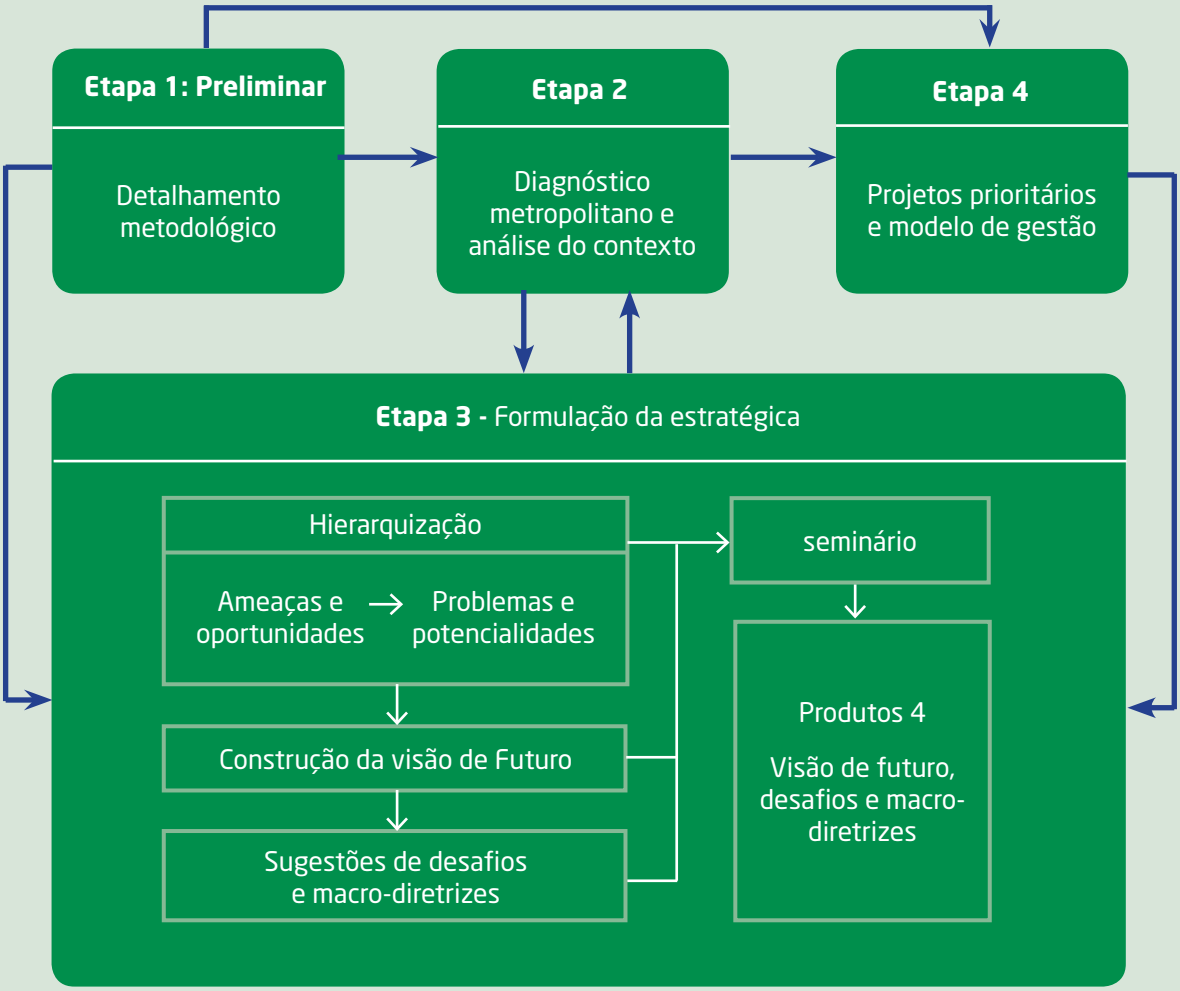
c. Produto 2.3 - Análise do contexto e influências na metrópole.

Esses produtos deverão ser submetidos, de imediato, à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal.

Etapa 3. Nesta fase inicia-se o momento de concepção de proposições, com a *formulação da estratégia*. Trata-se da etapa em que predomina o esforço de síntese do qual emergirão as proposições iniciais, que, no momento seguinte, serão detalhadas, constituindo, então, o plano estratégico metropolitano.

A atividade inicial, apresentada no Gráfico 4, está constituída pelos esforços necessários ao estabelecimento de uma hierarquização no que se refere às ameaças e oportunidades - decorrentes da análise do contexto - e dos problemas e potencialidades - associados ao diagnóstico da Região Metropolitana de Natal. O que se pretende estabelecer é um exame do grau de importância que para o desenvolvimento sustentável da metrópole têm as diferentes ameaças, oportunidades, problemas e potencialidades anteriormente identificadas.

Gráfico 4
Rede de Atividades - Etapa 3: Formulação da Estratégia



Na atividade seguinte, parte-se para formular da visão de futuro (ou imagem-objetiva) da RMN, numa tentativa de explicitar da perspectiva técnica e, posteriormente, da visão política, qual a Região Metropolitana de Natal considerada desejável e possível de ser desenvolvida de forma sustentável, como se definiu antes. Na visão de futuro todas as dimensões devem ser incorporadas. Além disso, é importante que ela contemple os condicionantes do ambiente externo, no sentido das considerações feitas anteriormente. Esta visão de futuro adquire realce na metodologia adotada, pois é do confronto entre ela, de um lado, e (i) os pontos fortes e fracos hierarquizados (ameaças, oportunidades, problemas e potencialidades) e (ii) as tendências constatadas, de outro lado, que podem ser identificados os grandes desafios e as macro-diretrizes que integram a atividade seguinte. Em outras palavras, visão de futuro faz a ponte entre as conclusões obtidas do diagnóstico e as propostas que, na parte final, deságuam no plano estratégico, projetos, diretrizes, ações imediatas, modelo de gestão.

A atividade subseqüente à de concepção da visão de futuro está constituída, portanto, da identificação das sugestões que dizem respeito aos grandes desafios e às macro-diretrizes. Quanto aos desafios, o que se pretende é, com base nos pontos fortes e fracos do ambiente externos e da Região, pensar formas através das quais sejam contornadas as ameaças, superados os problemas e aproveitadas as oportunidades e as potencialidades que se apresentam atualmente e no futuro da metrópole. É desses grandes desafios, levando-se em conta a visão de futuro, que podem ser extraídas as macro-diretrizes que, em atividades posteriores, definirão os projetos, diretrizes, ações imediatas e o modelo de gestão metropolitano.

As conclusões decorrentes das atividades centrais ilustradas no Gráfico 4 – hierarquização, construção da visão de futuro e sugestões de desafios e diretrizes – que deverão ser submetidas a discussões em seminários que envolvem as equipes técnicas e as representações políticas da Região Metropolitana que integram o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal.

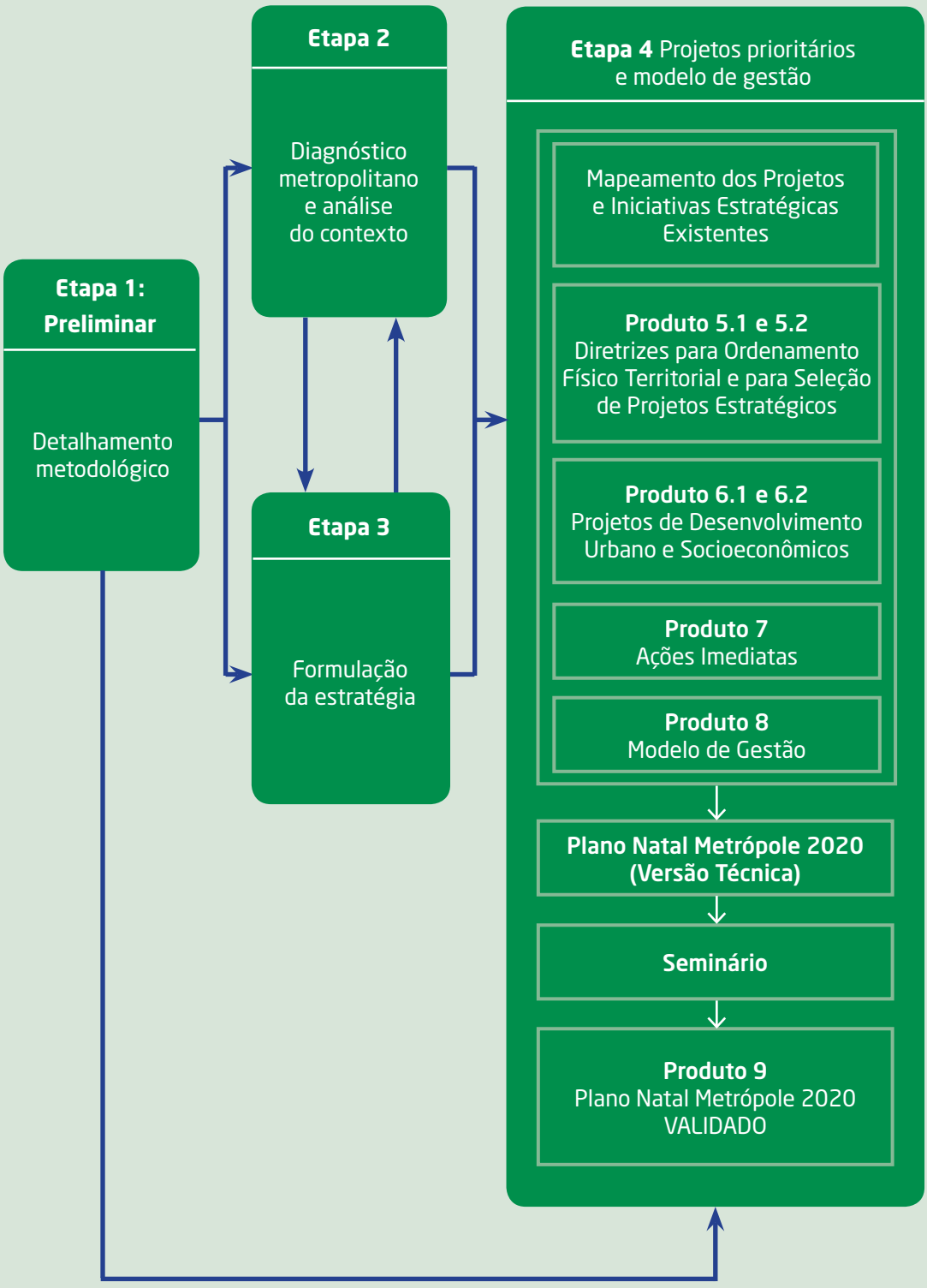
O conceito de desafio aqui adotado tem o sentido de explicitar as ações mais estratégicas que podem ser adotadas, ou de aproveitar os pontos positivos do meio ambiente (oportunidades) ou da própria região (potencialidades) ou superar ou vencer as restrições ou obstáculos (pontos negativos) do ambiente ou região, visando concretizar o desenvolvimento desejado que, no caso, trata-se do

desenvolvimento sustentável, definido anteriormente. Já as macro-diretrizes, referem-se à orientação a ser seguida, ainda em nível geral, para a utilização dos aspectos positivos e superação dos negativos.

Dessa discussão no referido seminário resulta o material que deverá constituir o Produto 4, já validado politicamente: visão de futuro, desafios e macro-diretrizes

Etapa 4. A última etapa compreende o detalhamento dos desafios e das macro-diretrizes concebidas na etapa anterior, do que resulta a montagem do plano estratégico da Região Metropolitana de Natal. Neste momento as atividades realizadas estão voltadas não somente para os desafios e macro-diretrizes mas para as informações mais detalhadas consideradas na análise e na descrição dos diagnósticos realizados na Etapa 2. São tais informações do diagnósticos que se constituem a base para o detalhamento do plano.

Gráfico 5
Rede de Atividades
Etapa 4: Projetos Prioritários e Modelos de Gestão



O processo de detalhamento envolve em primeiro lugar a conclusão e análise de um mapeamento dos projetos e iniciativas estratégicas existentes. Tal levantamento permite incorporar no plano metropolitano, em fase posterior, os projetos e iniciativas relevantes que são coerentes com as prioridades contempladas pelo plano. Tais projetos e iniciativas compreendem as diferentes dimensões da realidade metropolitana: social, econômica, ambiental, físico-territorial e político-institucional.

A atividade seguinte contempla dois tipos de diretrizes e que vão corresponder a dois tipos de produto: (i) diretrizes para ordenamento físico-territorial e (ii) diretrizes para a seleção de projetos ou iniciativas estratégicas. Estas últimas têm estreita relação com o mapeamento de projetos e iniciativas anteriormente assinalados e dizem respeito, sobretudo à consideração daqueles projetos e iniciativas que implicam a superação dos grandes desafios e ao detalhamento das macro-diretrizes explicitadas na etapa anterior.

Outra maneira de detalhar os desafios e as macro-diretrizes é sob a forma de projetos. Neste caso, eles dizem respeito não só àqueles voltados para o desenvolvimento urbano como aos projetos relativos à dimensão econômica e social.

Dada a urgência de algumas ações, está previsto o detalhamento de propostas caracterizadas ou definidas como ações imediatas. São propostas que, nas análises e interpretações procedidas, tidas como urgentes e prioritárias e, por isso, devem ser contempladas de imediato, ou seja, antes das demais, que tomaram a forma de diretrizes e projetos a implantar.

Finalmente, é parte integrante desta etapa, a montagem do modelo de gestão metropolitano, que deverá integrar o plano estratégico como peça da maior relevância no sentido de constituir aspecto fundamental na implementação e administração futura das ações que deverão tomar as mais diversas formas: a de diretrizes, de projetos e de ações imediatas. Vale destacar que a concepção do modelo decorre do esforço que envolve não só o exame da estrutura política que considera os atores sociais mais relevantes que devem e podem participar da gestão do plano estratégico, mas tem como suporte o estudo do marco regulatório que interfere ou pode interferir na forma de administrar uma proposta de ação e de implementação de projeto que articula, numa metrópole, as ações das diversas esferas do setor público, da iniciativa privada e de integrantes da sociedade civil.

Todas essas atividades – (i) de mapeamento dos projetos estratégicos, (ii) de diretrizes de ordenamento físico-territorial, (iii) de diretrizes para seleção de projetos estratégicos, (iv) de projetos de desenvolvimento urbano, (v) de projetos socioeconômicos, (vi) de ações imediatas e (vii) do modelo de gestão – constituem, na sua versão técnica, o documento do Plano Natal Metrópole 2020.

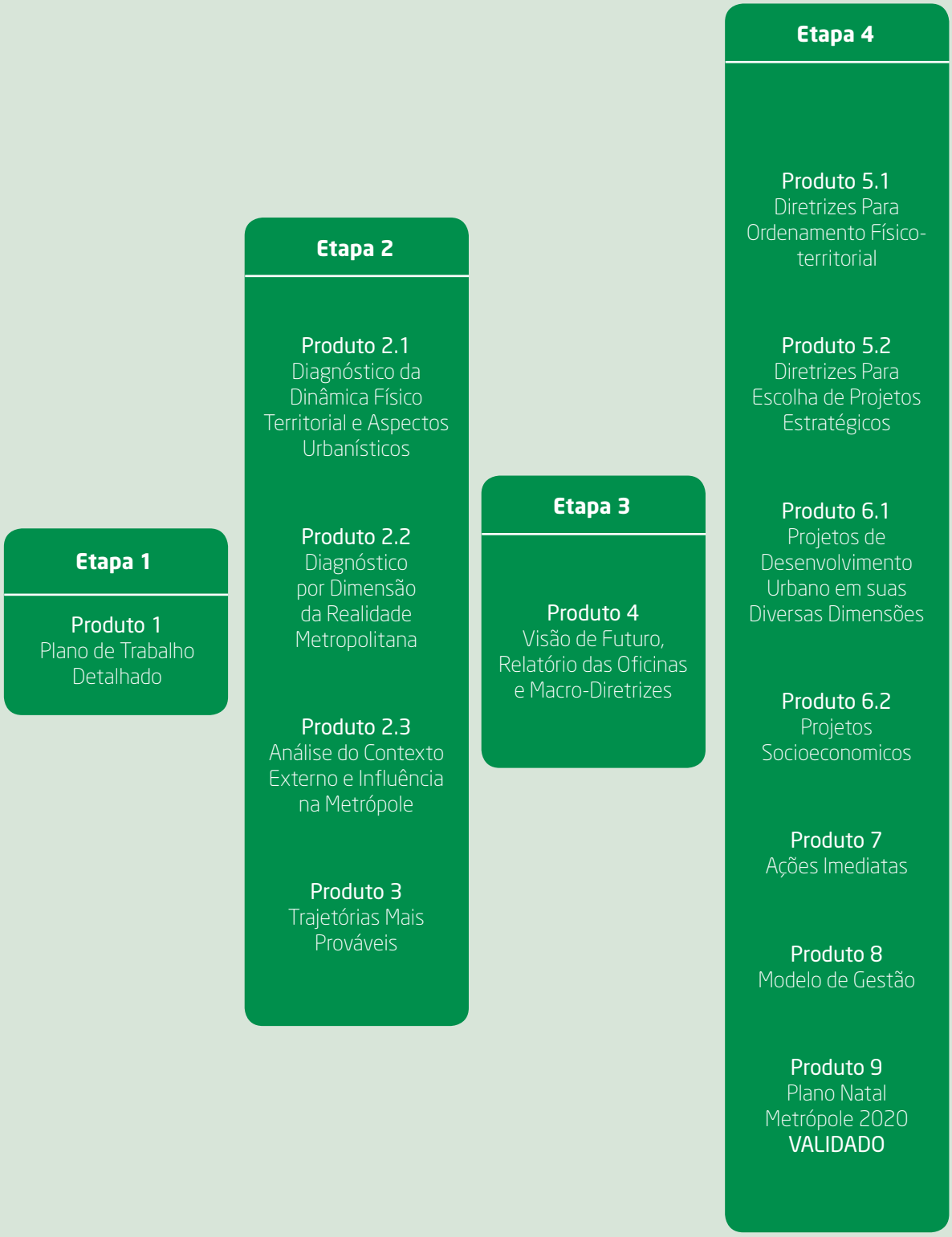
Esse plano deverá ser submetido à discussão e avaliação, logo em seguida, no seminário no qual, presentes os atores políticos e as equipes técnicas, seja complementado, retificado, ratificado e, finalmente, validado.

Nesta etapa, como está assinalado no Gráfico 5, são apresentados aos contratantes sete produtos: (i) Produto 5.1 - Diretrizes de ordenamento físico-territorial, (ii) Produto 5.2 - Diretrizes para seleção de projetos estratégicos, (iii) Produto 6.1 - Projetos de desenvolvimento urbano, (iv) Produto 6.2 - Projetos socioeconômicos, (v) Produto 7 - Ações imediatas, (vi) Produto 8 - Modelo de gestão, (vii) Produto 9 - Plano Natal Metrópole 2020 (Versão final).

c) Os Produtos

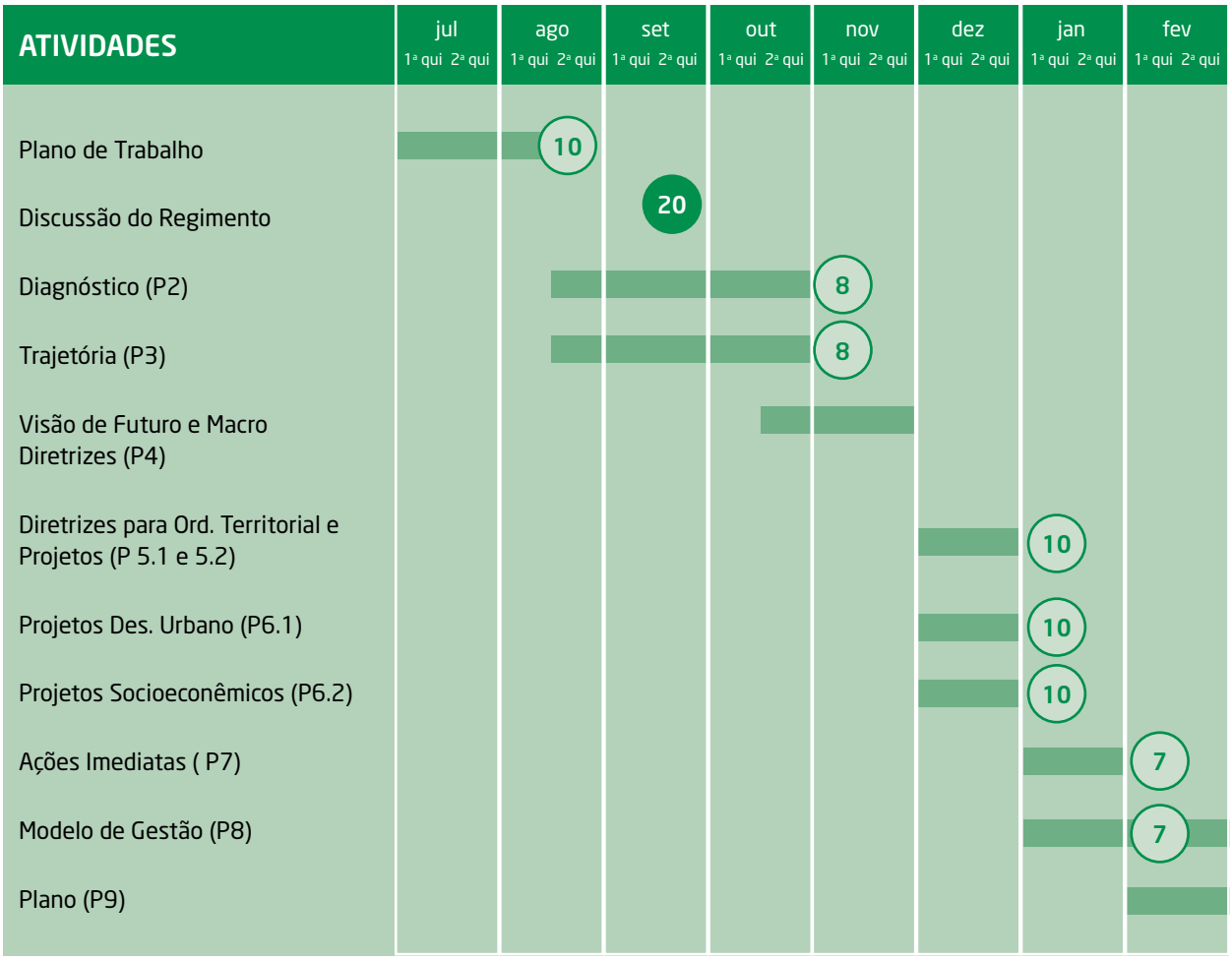
Em seu conjunto, o trabalho a ser desenvolvido deverá, em termos de resultados intermediários e finais, apresentar aos contratantes 13 produtos. Todos eles estão listados e caracterizados no Gráfico 6.

Gráfico 6
Produtos



No referido gráfico, os produtos são apresentados considerando cada uma das etapas do trabalho na qual ele é elaborado. Na Etapa 1 o produto elaborado é de natureza predominantemente metodológica, pois define os procedimentos que devem ser seguidos em todo processo de montagem do plano estratégico. Na Etapa 2, são produtos os diagnósticos das diferentes dimensões nas quais está dividida a realidade metropolitana e seu contexto, além de explicitadas as tendências mais relevantes. No que se refere à Etapa 3, o produto elaborado envolve uma síntese do diagnóstico e, simultaneamente, explicita os elementos que vão permitir, na etapa posterior a identificação das propostos do plano estratégico, sob as mais diferentes formas. Finalmente, a Etapa 4, apresenta como resultado dos trabalhos desenvolvidos seis produtos intermediário e um produto final representado pelo Plano Natal Metrópole 2020, validado.

3.3 Cronograma de Execução



4 DETALHAMENTO DAS GRANDES DIMENSÕES E DA ANÁLISE DO CONTEXTO

Em seguida, para cada dimensão em que está dividida a realidade metropolitana de Natal e seu ambiente externo, são apresentados, de modo mais detalhado, os procedimentos que devem ser adotados no trabalho. Na explicitação desses procedimentos foram consideradas as seguintes questões:

a) O que deverá ser analisado em cada dimensão?

b) Qual a base de informação que vai ser adotada?

c) Quais são os procedimentos que devem ser seguidos no estudo de cada dimensão?

d) Quais os produtos que serão elaborados em cada uma das dimensões?

4.1. Dimensão Social

No que se refere à dimensão social, os grandes *temas que serão abordados* na análise, respondendo à primeira das questões anteriormente apresentadas, são os seguintes:

a) Dinâmica demográfica da Região Metropolitana de Natal, **na escala municipal**, considerando-se os fatores mais relevantes que a explicam e as mudanças mais relevantes da estrutura da população.

b) Estudo dos índices de desenvolvimento humano (IDH), sua evolução e o seu desdobramento em sub - índices relativos à longevidade, instrução e renda.

c) Análise da renda, da pobreza e da indigência na Região, considerando-se os cortes comumente adotados para considerar a parcela da população que integra a população pobre e indigente. Quanto aos níveis de renda explicitar a evolução dos indicadores de concentração de renda na RMN.

d) Estudo das condições de moradias da população regional, considerando-se os indicadores mais relevantes relativos ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, entre outros.

e) Educação: Análise dos principais indicadores e de sua evolução, relativos às condições educacionais da população e estudo dos serviços oferecidos pelo setor público e pelas atividades privadas neste particular.

f) Saúde: Estudo dos principais indicadores e de sua evolução, relativos às condições de saúde da população metropolitana, bem como dos serviços oferecidos, através do poder público e do setor privado.

g) Mapeamento dos principais investimentos, públicos e privados, em realização e previstos para a Região Metropolitana de Natal, voltados para a melhoria das condições sociais da população.

h) Síntese dos problemas e das potencialidades identificados no estudo da dimensão social na metrópole norte-rio-gandense.

i) Identificação das tendências sociais mais relevantes, detectados a partir dos indicadores examinados e do estudo dos serviços oferecidos.

Relativamente à segunda questão, referente à base de *informações* que vai ser utilizada na análise, pode ser destacado o seguinte:

a) Em primeiro lugar, as informações disponíveis e produzidas pelas entidades públicas e privadas de pesquisa, notadamente, o IBGE, o Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, o PNUD e IPEA e as Secretarias Estaduais do Governo do Rio Grande do Norte.

b) Em seguida, os estudos realizados sobre a realidade social do Estado e da Região Metropolitana e seus municípios, sob a forma de teses, dissertações, monografias, relatórios de consultorias, programas ou planos de desenvolvimento, orçamentos, planos plurianuais de investimentos, além de outras formas.

c) Além disso, é da maior importância contar com as informações obtidas a partir de entrevistas ou oficinas com lideranças (públicas e privadas) e especialistas em temas que sejam relevantes para a montagem do plano estratégico metropolitano.

Os *procedimentos adotados*, como ficou evidenciado na descrição da rede de atividades apresentada, consistem no desenvolvimento inicial de esforço de análise e descrição da realidade social e de sua evolução, nos temas mencionados, que deverá ser seguido de uma atividade de síntese e de interpretação, a partir da qual deverão ser identificadas diretrizes e propostas consideradas relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana de Natal. É importante ressaltar que tal processo exige, além dos esforços desenvolvidos pelas equipes técnicas, um trabalho de avaliação e validação dos atores sociais que tem importância nos processos decisórios a respeito dos problemas e soluções relacionadas com a metrópole norte-rio-grandense. Em resumo, tais procedimentos metodológicos que se traduzem numa trajetória que passa dos (i) aspectos predominantemente analíticos e descritivos para os de (ii) síntese e interpretação e, finalmente, (iii) para os aspectos propositivos, constituem, simultaneamente, uma trajetória que envolve a visão técnica e a visão política dos problemas e das soluções para a questão metropolitana do Estado.

No que se refere aos *produtos*, nesta dimensão social deverão ser concebidos os seguintes resultados:

a) Diagnóstico sobre a realidade social da Região Metropolitana de Natal (parte do Produto 2.2).

b) Identificação das tendências ocorridas e das trajetórias futuras mais prováveis para os aspectos de dimensão social (parte do Produto 3).

c) Visão de futuro relativa aos aspectos que integram a dimensão social e macro-diretrizes correspondentes a essa dimensão (parte do Produto 4)

d) Identificação de propostas para o desenvolvimento social da Região Metropolitana de Natal sob a forma de diretrizes para a escolha de projetos estratégicos (parte do Produto 5.2), de projetos de desenvolvimento social (integra o Produto 6.2).

e) Concepção de ações sociais imediatas (integra o Produto 7).

4.2. Dimensão Econômica

No que se refere à dimensão econômica, seguindo o roteiro definido e começando pelos *temas* que devem ser analisados, pode-se resumi-los considerando os seguintes:

a) Evolução macroeconômica da Região Metropolitana de Natal.

b) Distribuição e evolução da atividade produtiva no espaço metropolitano na escala municipal.

c) Estrutura produtiva da economia metropolitana: cadeias e arranjos produtivos e atividades relevantes.

d) Mercado de trabalho e sua evolução: emprego, desemprego, informalidade e renda da população ocupada.

e) Disponibilidade de infra-estrutura econômica: energia, transporte, comunicação.

f) Balanço das receitas e despesas dos governos municipais: situação atual e evolução recente.

g) Balanço comercial da Região Metropolitana: situação atual e evolução recente.

h) Mapeamento dos projetos econômicos em implantação, em negociação e previstos para a Região Metropolitana.

i) Síntese dos problemas e potencialidades econômicas mais relevantes.

j) As tendências econômicas mais importantes: macroeconômicas, setoriais, mercado de trabalho, das finanças municipais e do balanço comercial.

Quanto à base de informações adotada no estudo da dimensão econômica, deve-se assinalar o que segue.

a) Informações sobre os agregados macroeconômicos e produto total e setorial, bem como indicadores de produção, emprego e renda produzidos sobretudos por entidades oficiais, notadamente pelo IBGE e Secretarias Estaduais do Rio Grande do Norte.

b) Estudos sobre a realidade econômica estadual e Região Metropolitana de Natal, sob as mais diversas formas (teses, dissertações, monografias, relatórios, planos-programas ou projetos econômicos), elaborados na academia, nos órgãos de pesquisa e em outras entidades públicas ou privadas.

c) Informações obtidas a partir de entrevistas com lideranças públicas e privadas, associações patronais ou de trabalhadores, além de especialistas sobre a realidade econômica estadual e metropolitana.

Os *procedimentos metodológicos* para o estudo sobre a dimensão econômica, conforme foram sugeridos na rede de atividade descrita, seguem os mesmos caminhos já apresentados para a dimensão social. Inicialmente procede-se a uma análise e descrição da realidade econômica, nos temas selecionados como de maior relevância. Em seguida, com base nessa análise, procede-se a um esforço de síntese ou de interpretação visando identificar os mais importantes problemas e potencialidades da economia metropolitana e identificar as tendências mais significativas, e a trajetória futura mais provável. As informações assim obtidas permitem que se construa uma visão de futuro da economia (imagem-objetiva) e as formas de intervenção mais adequadas para desencadear um processo de desenvolvimento sustentável. É importante realçar que tais procedimentos, do mesmo modo que o assinalado para a dimensão social, resulta de esforço integrado em que as constatações e conclusões, predominantemente técnicas, são submetidas à avaliação política. Por isso, o resultado final – um conjunto de diretrizes, propostas e projetos e ações imediatas – expressa o maior grau de viabilidade política possível.

Com relação aos *produtos*, a dimensão econômica deverá conceber os seguintes resultados:

a) Exame da realidade econômica da Região Metropolitana de Natal (parte do Produto 2.2).

b) Explicitação das tendências ocorridas e das trajetórias futuras mais prováveis para a dimensão social (parte do Produto 3).

c) Visão de futuro relativa aos aspectos que integram a dimensão econômica e macro-diretrizes correspondentes a essa dimensão (parte do Produto 4)

d) Elaboração de propostas para o desenvolvimento econômico da Região Metropolitana de Natal sob a forma de diretrizes para a escolha de projetos estratégicos (parte do Produto 5.2), de projetos de desenvolvimento econômico (parte do Produto 6.2).

e) Identificação de ações econômicas imediatas para a Região Metropolitana de Natal (parte do Produto 7).

4.3. Dimensão Ambiental, Territorial e Urbanística

Apresentam-se, a seguir, os procedimentos metodológicos para a análise e concepção de propostas, que têm na dimensão ambiental, territorial e urbanística o objeto central de estudo.

Esta dimensão se articula com as demais e com os objetivos do Plano, além de dialogar com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que busca a equidade social, a maior eficiência administrativa, ampliação da cidadania, sustentabilidade ambiental e resposta aos direitos das populações vulneráveis: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiências, mulheres, negros e índios[4].

A abordagem dessa dimensão tem como objetivos específicos:

- Orientar o uso e a ocupação do solo na definição de áreas destinadas às atividades econômicas metropolitanas, à habitação social e às áreas de proteção ambiental, por meio de um macrozoneamento;

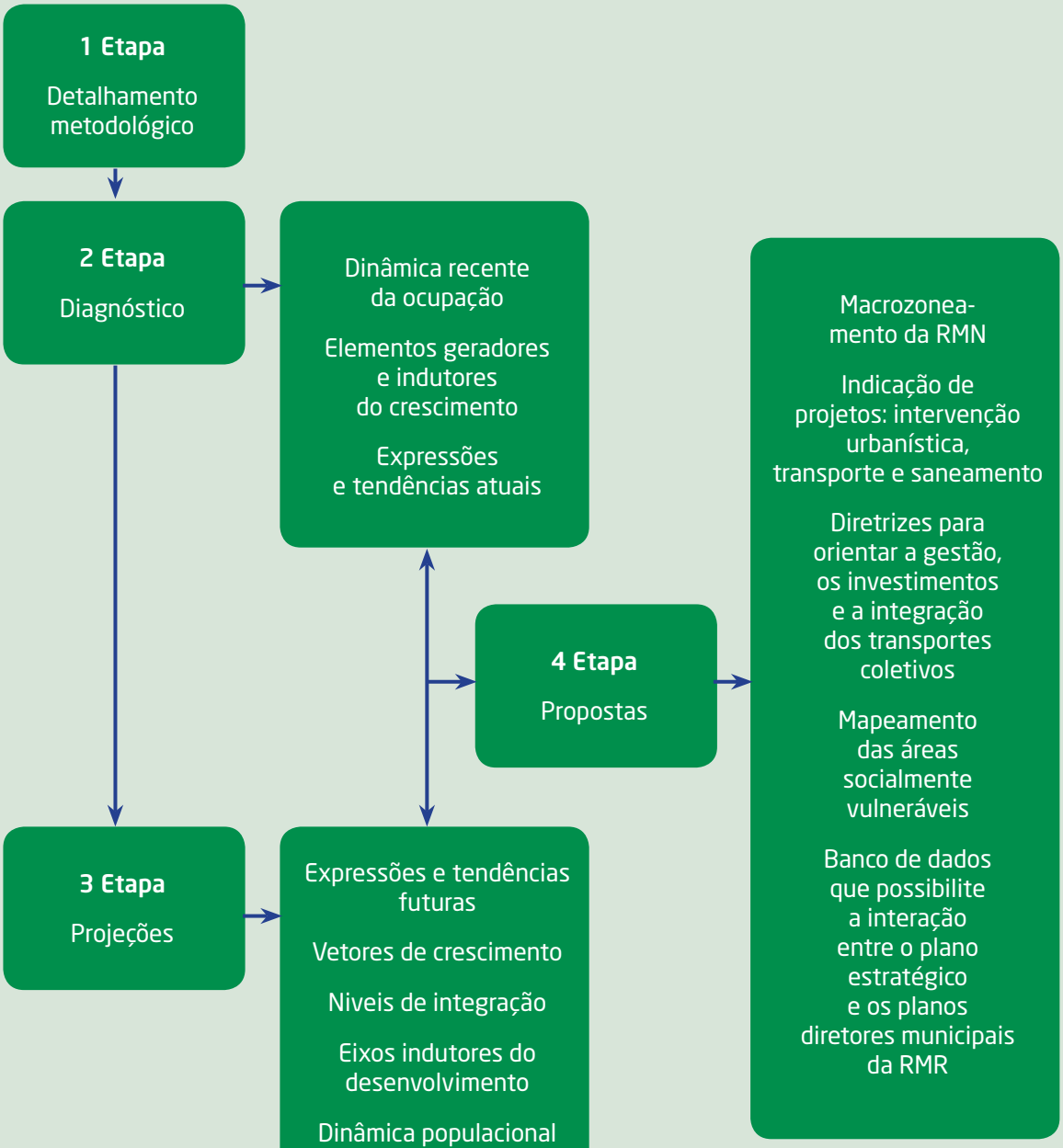
[4] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Cadernos Ministério das Cidades. Brasília, 2004

- Orientar as políticas de drenagem urbana, coleta de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Orientar a gestão, os investimentos e a integração dos transportes coletivos;
- Mapear as áreas socialmente vulneráveis e integrar as ações locais e estaduais com as ações do Governo Federal;
- Orientar investimentos públicos em projetos estratégicos de caráter metropolitano; e
- Identificar pontos relevantes de articulação entre diretrizes e ações de caráter metropolitano com as propostas dos Planos Diretores municipais.

a) Etapas do Trabalho

O Gráfico 1 mostra as principais fases de elaboração da análise e propostas que visam a concepção de diretrizes de ordenamento físico-territorial do Plano Natal Metrópole 2020, definidas em 4 momentos, a saber: (i) Etapa preliminar de detalhamento metodológico; (ii) Diagnóstico; (iii) Projeções; (iv) Propostas.

Gráfico 1
Etapas do trabalho



A etapa 1, relativa ao detalhamento metodológico, abrange as concepções, a definição dos eixos centrais de estudo da estrutura urbana, atividades, procedimentos e instrumentos para a análise e formulação de propostas.

A etapa 2 – do diagnóstico –, alcança os estudos de apreensão da dinâmica recente da ocupação do território, a explicitação dos elementos geradores e indutores dessa ocupação e de sua expansão e as sínteses que definem as expressões e tendências atuais do crescimento da metrópole. O estudo da dinâmica recente da ocupação é focalizada em suas especificidades morfológicas, dadas pelas características do modo de crescimento (adensamento, novos parcelamentos), intensidade da expansão urbana no tempo e indicação dos principais vetores do crescimento da metrópole. (Gráfico 2). Seguida à identificação dos atributos do crescimento (intensidade, modo e vetores de expansão) coloca-se a análise dos fatores geradores e indutores do crescimento, que, neste trabalho, são vistos através dos processos de formação da rede urbana do Rio Grande do Norte, dos aspectos sócio econômicos, das especificidades da ruralidade na metrópole, das características físico - ambientais, da dinâmica demográfica, da dinâmica do mercado imobiliário, dos padrões da habitação formal e informal, das ações programadas do Estado (planos, programas, projetos, sobretudo de infra estrutura urbana), e dos condicionantes dos marcos regulatórios (especialmente a legislação urbanística, ambiental e patrimonial). (Gráfico 3)

Gráfico 2
Dinâmica recente da ocupação

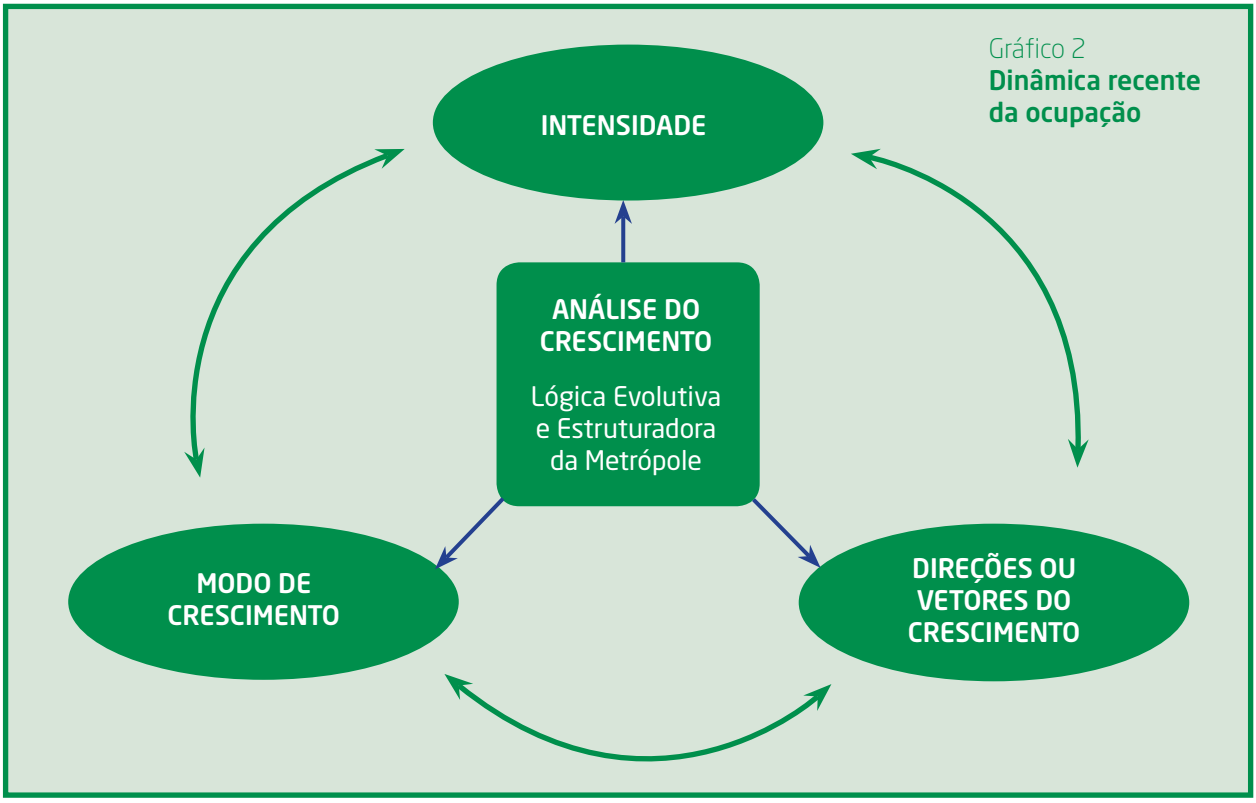


Gráfico 3
Elementos geradores E indutores do crescimento



A etapa 3, das projeções, compreende as análises e explicitação das expressões e tendências futuras do crescimento da metrópole, com indicação dos vetores de expansão da estrutura urbana, dos níveis de integração entre os municípios que configuram a Região Metropolitana de Natal, dos eixos e processos indutores do crescimento, e da dinâmica populacional.

A etapa 4, das propostas, explicita os produtos da dimensão físico territorial que são dados: (i) pelo macrozoneamento da metrópole, que traduz as diretrizes do ordenamento territorial em consonância com os pressupostos conceituais do plano; (ii) pela indicação de projetos de intervenção urbanística, inclusive os que requerem ação imediata, transporte e saneamento; (iv) pelas diretrizes de gestão, investimentos e integração dos transportes coletivos; (v) pelo mapeamento das áreas socialmente vulneráveis; (vi) pelo banco de dados que visa a interação entre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal e os Planos Diretores municipais da metrópole.

b) Detalhamento das análises

Etapa 1: constituída através da realização de dois seminários de imersão para construção da proposta metodológica e dos princípios norteadores do desenvolvimento do trabalho, com refinamento para as diferentes abordagens requeridas pela dimensão físico-territorial.

Etapa 2: Análise da lógica evolutiva e estruturadora da Metrópole e dos elementos geradores e indutores do crescimento, conforme sínteses relacionadas a seguir.

i) Processo de formação da rede urbana do Rio Grande do Norte: antecedentes do processo de estruturação urbana da RMN em relação aos principais ciclos econômicos e às principais configurações territoriais da rede urbana do RN do século XVI ao século XXI.

ii) Processo de ocupação econômica: tendências de localização de Distritos Industriais, atividades modernas, de atividades de controle e comando da economia urbana, atividades econômicas licenciadas, serviços de intermediação financeira, serviços médicos, shopping centers, consultoria, marketing, publicidade, desenvolvimento de software, advocacia, seguro, propaganda, construção civil, serviços públicos, atividades públicas estratégicas (forças armadas e Barreira do Inferno)

serviços educacionais e de produção científica e técnica, comércio atacadista, hipermercados e supermercados. Uma ênfase especial será dada à análise da dinâmica de localização do turismo e atividades associadas tais como hotelaria, gastronomia, entretenimento (casas de show, noturnas), artesanato, pequenos negócios ou elementos atrativos, a exemplo de sítios históricos, elementos do quadro natural, parques temáticos, entre outros.

iii) Processo de manutenção da ruralidade: a RMN apresenta traços de ruralidade significativos no conjunto dos municípios, daí porque a necessidade de se pensar os aspectos relacionados a açúcar, álcool e aguardente, hortifrutigranjeiro, carcinicultura, atividades agropecuárias, patrimônio arquitetônico (engenhos, casas coloniais), turismo rural, pesca, assentamentos rurais, preservação, paisagem e pluriatividade, que deverão ser analisados considerando as dimensões espacial, ambiental demográfica, cultural e econômica. O estudo dessas dimensões é fundamental uma vez que qualificam o espaço rural, daí a necessidade de serem compreendidas considerando a inter-relação existente entre as mesmas.

iv) Características físico-ambientais: aqui serão analisados os aspectos climatológicos-metereológicos, geológicos, geomorfológicos, hidrográficos e hidrogeológicos, e cobertura vegetal, além da localização e vias de acesso. Terão destaque na análise o relevo, rios e bacias hidrográficas, dunas e campos de dunas, estuários, planícies de maré, lagoas e lagunas, falésias, praias, manguezais, clima e vegetação. Será feito um esforço no sentido de análise do quadro geológico/geomorfológico (meio físico) da área de trabalho; descrição das feições presentes e discussão do quadro evolutivo natural; análise da ação antrópica sobre o quadro evolutivo natural; prognósticos e proposição de cenários.

v) Dinâmica demográfica sub municipal: os aspectos sociais da RMN serão apreendidos mediante a análise de informações censitárias e de órgãos oficiais, com vistas a permitir a compreensão de indicadores expressivos sobre as condições de vida da população, tais como, nível de renda, condições de habitação e de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino e coleta do lixo), anos

de estudo da população residente, rede de ensino, índices de longevidade e oferta dos serviços de saúde, entre outros.

A análise dessas variáveis se efetuará em âmbito regional, destacando-se as situações encontradas nos municípios integrantes da RMN. Busca-se confrontar a situação da Região com a verificada no estado do Rio Grande do Norte e, em alguns casos, com outros parâmetros de comparação como os índices existentes para o Brasil. Nesse sentido, serão analisados dados secundários populacionais segundo sexo e faixa etária; mortalidade, natalidade e migração (movimento pendular); indicadores de educação, emprego e condições de moradia.

vi) Dinâmica do mercado imobiliário: produção da construção civil; intensidade e expressividade imobiliárias; financiamento para setores imobiliários; capital envolvido e tipologia empresarial (incorporadoras, imobiliárias, agências de administração, etc.); tipologia e mapeamento dos produtos imobiliários (condomínios, resorts, hotéis, apartamentos, flats, etc,); demanda residencial (local e não-local); registro legal de terras e licenciamento de obras; estoque de terras e valores imobiliários; situação do formal e informal.

A principal justificativa para a inclusão de uma dimensão relacionada ao estudo da dinâmica do mercado imobiliário da RMN, é o papel estruturador desse grupo econômico dentro da formação do território de Natal e da RMN. Sem contar com um forte setor industrial, Natal como espaço de dinâmicas econômicas está restrito ao setor de comércio e serviços, onde se destaca o setor imobiliário – entendido como produção e comercialização de imóveis. O mercado imobiliário é, na verdade, ambiente de atuação de grupos de produtores, comercializadores e consumidores de produtos imobiliários, principalmente aqueles que são responsáveis pela criação de unidades residenciais, estruturas turísticas ou conjuntos urbanísticos.

vii) Padrões da habitação social: análise sócio espacial da habitação, a partir do mapa social da RMN, associando renda familiar à análise dos padrões urbanísticos, sobretudo a morfologia dos assentamentos e a situação de risco, orientarão a espacialização das Áreas Especiais de Interesse Social no âmbito metropolitano, possibilitando a construção do déficit e da carência habitacional, bem como da inadequação habitacional para a região. Assinala-se, portanto, a construção

de um novo indicador de carência habitacional, como condição prévia e necessária para a elaboração da análise da capacidade real da região de atender as demandas manifestas e latentes, a curto e médio prazo, numa visão prospectiva para os próximos 15 Anos, buscando-se superar o problema da fragilidade dos dados cadastrais relativos aos assentamentos irregulares existentes no âmbito metropolitano.

viii) Políticas, planos, programas, projetos e marco regulatório: revisão e interpretação das principais ações programadas do Estado que, ao longo das três últimas décadas, explicitaram a questão metropolitana no Rio Grande do Norte, capturando-se também as intervenções públicas que, efetivamente implementados, influenciaram na construção da Região Metropolitana, com destaque para os seguintes documentos: Plano de Desenvolvimento Regional Urbano (1976) – Luis Forte Neto, Plano de Ação do Governo (1976-1979), Planos de Desenvolvimento Turístico - (1988) - Jaime Lerner, Plano Habitacional da Grande Natal, Perfil da Grande Natal (1992) - IPLANAT, Plano de Estruturação do Aglomerado Urbano de Natal (1988) - Jaime Lerner, Natal 2015 – PMN, Natal Terceiro Milênio (1999) – FIERN, PHIS (2004/2005), Aspectos Institucionais e Gerenciamento do Transporte Urbano am Áreas Metropolitanas: Alternativas e perspectivas na Região da Grande Natal (1997) – FUNPEC/CBTU, Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Pólo Costa das Dunas, 2001 - PRODETUR, Plano Integrado de Ações Municipais (2004) - PMN.

xix) Infra-estrutura urbana: nas áreas de transportes, energia e saneamento, verificar-se-ão as dotações de infra-estrutura técnica e de serviços infra-estruturais no espaço metropolitano, e sua incidência no processo de evolução físico-territorial da metrópole. De forma mais concreta, transportes (malhas rodoviária, ferroviária, obras d´arte – pontes, túneis, viadutos –, aeroportos, estações ferroviárias e rodoviárias, portos, sistemas de controle de tráfego, serviços regulares de transporte público, soluções de integração); energia (sub-estações, linhas de distribuição, iluminação pública); saneamento (adução, reservação e distribuição de água, redes de esgoto doméstico, sistemas de limpeza pública, centrais de transferência, aterros sanitários e lixões).

O registro de informações associado à análise de capacidades de serviço e de demandas existentes, permitirá identificar, no território, a variabilidade da dotação infra-estrutural. Portanto, derivar-se-á daí a identificação de áreas infra-estruturalmente carentes – que requerem ação nesse campo – e de áreas que detenham ociosidade infra-estrutural, as quais permitem, na ausência de outras restrições, a intensificação do crescimento urbano localizado. Da mesma forma, pode-se diagnosticar processos de inibição ao aumento da inter-relação funcional entre áreas do espaço metropolitano pela ausência ou insuficiência da infra-estrutura de conexão entre elas.

O diagnóstico será sintetizado pelas *expressões e tendências atuais* da metrópole segundo os aspectos seguintes:

Centralidades (comércio, serviços, indústria); níveis de integração; áreas ambientais estratégicas; morfologia e paisagem naturais; áreas institucionais estratégicas; áreas do patrimônio cultural construído; distribuição espacial da população; adensamentos urbanos; vazios urbanos; áreas de vulnerabilidade sócio-ambiental; distribuição espacial da infra-estrutura urbana (saneamento, transporte, energia e equipamentos urbanos); ruralidade – aspectos sócio-econômicos, assentamentos rurais e cultura; vetores do crescimento

Etapa 3. Esta etapa será de transição entre as indicações do diagnóstico e a etapa de propostas. Trata-se de um esforço técnico e analítico para a definição de parâmetros destinados à formulação das propostas, destacando os seguintes itens: expressões e tendências futuras; eixos indutores do desenvolvimento; vetores de crescimento territorial; níveis de integração (funcional e urbana); projeções populacionais.

Etapa 4. Compreende os produtos específicos da dimensão físico-territorial, conforme descrição a seguir.

- O Macrozoneamento da RMN, visando orientar o uso e a ocupação do solo na definição de áreas destinadas às atividades econômicas metropolitanas, à habitação social e às áreas de proteção do patrimônio cultural natural e construído;
- A indicação de projetos estratégicos de intervenção urbanística, transporte e saneamento (drenagem urbana, coleta de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário);

- Diretrizes para orientar a gestão, os investimentos e a integração dos transportes coletivos; mapeamento das áreas socialmente vulneráveis ;
- Banco de dados que possibilite o diálogo entre o Plano Natal Metrópole 2020 e os Planos Diretores municipais da RMN.

c) Bases de informações

- Documentação cartográfica (mapas e cartas históricos e atuais).
- Produtos de sensoriamento remoto (imagens de satélite e fotografias aéreas).
- Sobrevôo de reconhecimento dos padrões de uso do solo.
- Análise de produtos de sensores remotos.
- Análise de fotografias aéreas de pequeno formato.
- Censos demográficos, atlas do desenvolvimento humano, METRODATA (Rede Metrópoles), PNADs.
- Documentos (planos, programas e projetos).
- Legislação urbanística, ambiental e do patrimônio público.
- Teses, dissertações, monografias e relatórios de pesquisa.

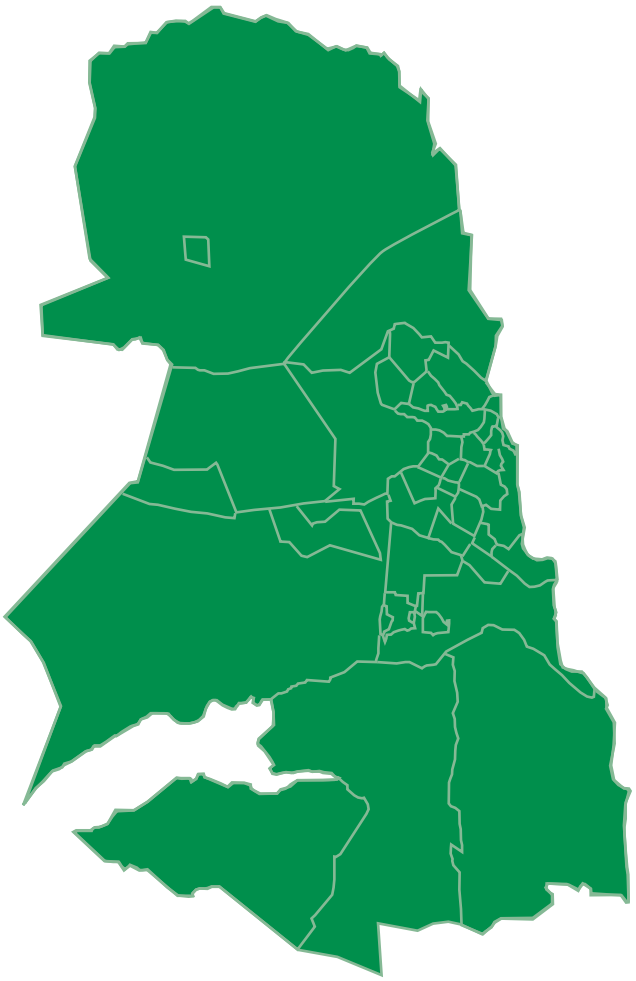
d) Procedimentos metodológicos

- Deverão ser extraídas informações do desenvolvimento da RMN das imagens de satélites sobre a área com as seguintes datas 1977, 1984, 1989, 1992, 2001 e 2004, escolhidas devido à quantidade baixa de nuvens e sua proximidade com as datas dos censos do IBGE.
- Como resultados serão gerados mapas indicando crescimento da mancha urbana, perda de vegetação e conurbação de certas áreas dentro da RMN.
- Gerar-se-á base temática na escala regional, sendo a fonte o IDEMA com os seguintes planos de informação: hidrografia, geomorfologia, geologia, unidades ambientais, e unidades de conservação.

- Deverão ser utilizadas as fotos ainda não ortoretificadas do vôo da PRODETUR realizado no ano de 2006 para a maioria da área (com exceção dos municípios de Macaíba, Monte Alegre e São José do Mipibu). Estas fotos, devidamente escaneadas, são as mais importantes para o trabalho devido a sua ótima resolução espacial.
- Para gerar as bases cartográficas na escala regional (escala 1:25.000) deverão ser utilizadas imagens dos satélites Spot e Ikonos, em poder do IDEMA.
- Os planos de informação rodoviário e ferroviário serão gerados a partir dos dados disponíveis no DNIT e DER.
- Para gerar os planos de informação contendo as terras públicas da União, do governo estadual e dos municípios deverão ser utilizados os dados disponíveis do SPU, da SECPLAN e dos municípios.
- Para gerar os planos de informação das áreas econômicas da RMN, tais como: distritos industriais, carcinicultura, eixos turísticos, atividades licenciadas deverão ser utilizados dados fornecidos pelo IDEMA.
- Mapeamento ambiental (geologia, geomorfologia, canais fluviais, bacias hidrográficas, clima, vegetação, solo, geodinâmica).
- Mapeamento dos padrões urbanísticos (vazios urbanos, áreas institucionais, equipamentos urbanos, patrimônio cultural construído, estoque de terras públicas, habitação, com destaque para assentamentos precários e áreas de risco).
- Estudos focais
- Produção de análises com deslocamentos entre as escalas regional, municipal e intra-urbana.
- Trabalhos de campo para coleta de material e análise "in loco".
- Participação em reuniões e seminários para integração dos dados e informações.

Criação de uma Base Cartográfica para a Região Metropolitana de Natal com a finalidade de dar um endereço geográfico a (Georeferenciar) todos os dados sociais, econômicos, ambientais e de infra-estrutura a serem trabalhados.

Na análise demográfica a resolução mínima dos objetos cartográficos serão as AED´s (Aglomerados de Setores Censitários), os dados censitários são fornecidos pelo IBGE nestes aglomerados geográficos como mostrado na figura abaixo.



Nessa etapa do trabalho, os dados terão origem no Censo Demográfico 2000, além do Metrodata, base de dados da Rede Metrópoles que estuda todas as regiões metropolitanas do Brasil. Serão feitas pesquisas nos sítios do IBGE, ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), CEDEPLAR-UFMG (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional), NEPO-UNICAMP (Núcleo de Estudos de População), ENCE-IBGE (Escola Nacional de Ciências Estatísticas), e Rede Metrópoles, com o objetivo de montar um banco de dados numérico mas, também, organizar acervo bibliográfico de artigos, livros, teses e dissertações sobre o tema. A seguir apresenta-se a síntese dos procedimentos da análise demográfica intra-urbana e da projeção de suas tendências.

Análise demográfica intra urbana e da projeção de suas tendências

Tarefas	Bases de Dados	Objetivo	Escala de análise
Revisão bibliográfica sobre a dinâmica demográfica em Regiões Metropolitanas**	Sítios da ABEP, IBGE, CEDEPLAR e Rede Metrópoles	Conhecer as pesquisas em curso e/ou já realizadas	
Indicadores Demográficos	Censo demográfico de 2000, Atlas do Desenvolvimento Humano de 2000 e METRODATA	Gerar um painel inter e intramunicipal da RMN; Análise da dinâmica demográfica da RMN; Alimentar as análises dos demais pesquisadores do projeto	As análises intra-municipais serão feitas para aglomerados de setores censitários AEDs), exceto em alguns casos onde essas áreas apresentem heterogeneidade. Nestes casos, a análise decerá ao nível dos setores censitários.
Tendência Demográfica passada	Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000, Atlas do Desenvolvimento Humano de 1990 e 2000 e, METRODATA	Estudar a dinâmica demográfica do passado recente para compreender as tendências de crescimento populacional e a distribuição espacial da população; Serivirá como insumo para a construção de cenários futuros através de projeções populacionais	As análises da tendência passada serão realizadas no nível municipal e, para Natal, na medida do possível, serão realizadas análises por grandes regiões e algumas áreas em particular.
Tendência Demográfica futura (Projeções populacionais até 2020)	Censos demográficos e sítio do IBGE. Imagens de satélite.	Projetar cenários para a dinâmica demográfica no futuro próximo	Projeção populacional intra-urbana por áreas homogêneas (aglomerado de AEDs) segundo grandes grupos etários.

** Selecionar textos de Robson dos Santos Marques, de Fausto Brito, Rosana Baeninger, além de textos do Weber e do Dimitri sobre redes de migração.

Em face da multiplicidade de abordagens que formam a dimensão físico-territorial estão previstas a adoção de outros procedimentos e bases de informação, só possíveis de serem explicitadas na operacionalização das etapas definidas nessa dimensão.

4.4. Dimensão Político-Institucional

Com relação à dimensão político-institucional, as respostas às indagações anteriormente apresentadas podem ser resumidas a seguir:

a) Que vai ser analisado

Marco Regulatório Nacional

Como referencial de análise, será examinada a legislação federal acerca de regiões metropolitanas, Estatuto das Cidades, diretrizes e ação do Ministério das Cidades, legislação estadual e funcionamento de regiões metropolitanas criadas após a Constituição de 1988.

Região Metropolitana de Natal

Antecedentes. Reconstituir aspectos legais e políticos da RMN, incluindo alterações na composição do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal.

Analisar o estágio atual do Conselho, composição, formas de operar, identificação de eventuais problemas surgidos no funcionamento; relações entre as entidades que o integram e outros aspectos correlatos.

Organização municipal no âmbito da RMN

Analisar a organização interna dos municípios que compõem a RMN, sobretudo no que diz respeito à área de planejamento, meio ambiente e finanças. Identificar mecanismos de articulação com os demais municípios da RMN, instrumentos principais de planejamento (planos diretores), consistência de atuação, capacidade de endividamento e de pagamento.

Sociedade civil

Mapeamento de entidades da sociedade civil, formas de atuação, mecanismos institucionais de articulação entre ela e com o poder público nos três níveis: federal, estadual e municipal. Tentar aferir o potencial de atuação compartilhada no âmbito da RMN.

Síntese dos problemas e potencialidades político-institucionais da RMN, a ser elaborada com base em ameaças e oportunidades, forças e fraquezas identificadas ao longo do estudo, quando da realização de entrevistas individuais com políticos, técnicos, dirigentes de entidades privadas e representantes da sociedade civil, em debates e reuniões técnicas, oficinas de trabalho e seminários.

b) Base de informações

- Legislação de âmbito federal, estadual, referente a regiões metropolitanas e assuntos correlatos.
- Textos acadêmicos (teses, dissertações, monografias, artigos, informes) versando sobre regiões metropolitanas no Brasil.
- Documentos oficiais (relatórios, informes) produzidos por órgãos públicos, relacionados com a história e a problemática das regiões metropolitanas.
- Documentos de cunho técnico e abordagens políticas acerca da Região Metropolitana de Natal e temas correlacionados.

c) Procedimentos metodológicos

Pesquisa bibliográfica: análise de textos legais (leis, decretos, resoluções e outros documentos normativos), estudos referentes à problemática das regiões metropolitanas, planos e estudos a respeito da RMN e de outras áreas do País.

Entrevistas com integrantes do poderes executivo, legislativo do Estado e de municípios da RMN, dirigentes e técnicos de empresas privadas e entidades representativas da sociedade civil e com especialistas do mundo acadêmico ou não.

Oficinas técnicas e seminários, em que serão postos em confronto opiniões divergentes, eventualmente surgidas, a respeito de questões polêmicas, para incorporação aos textos preliminares a

serem submetidos à apreciação de instâncias decisórias, em sintonia com a sistemática prevista neste trabalho.

d) Proposta de Modelo de Gestão

Com base nas formulações estratégicas decorrentes da análise e discussão da realidade da RMN, em suas três dimensões – Sócio-econômica, Ambiental, Territorial e Urbanística e Político-institucional –, projetar atuação futura do CDMN, tendo em vista a perspectiva de aprofundamento do processo de planejamento metropolitano de longo prazo, com vistas à afirmação formal e consolidação de fato da RMN.

4.5. Análise do Contexto

a) O que será trabalhado

Análise geral recente do contexto

Exame geral e sucinto da evolução recente e do momento atual dos contextos mundial e nacional e do estado do Rio Grande do Norte. Trata-se da identificação dos principais condicionantes explicativos das dinâmicas social, ambiental, urbana, tecnológica, político-institucional em curso em escalas mundial e nacional.

Tendências do futuro do contexto

Identificação das tendências[5] mais relevantes dos contextos mundial e nacional e do contexto mais imediato no qual a RM de Natal está inserida, o estado do Rio Grande do Norte. Tais tendências deverão apontar fatos portadores de futuro já em curso ou com probabilidade de acontecerem que podem exercer relevantes influências sobre a economia metropolitana.

[5] Tendências (condicionantes) do futuro: o que está amadurecendo na realidade (processos de mudança e conservação) que pode sinalizar e indicar as tendências do futuro?

Trajetórias mais prováveis do contexto (versão preliminar)

Elaboração de trajetórias mais prováveis, em versão preliminar, para discussão em oficina, do futuro das economias nacional e potiguar. Estas trajetórias devem apresentar descrição e delineamento da evolução por cenas feitas de forma sucinta.

Ameaças e oportunidades do contexto (versão preliminar)

Elaboração de uma lista de ameaças e oportunidades tanto do contexto mais geral (economias mundial e nacional) quanto do contexto mais imediato (economia do Rio Grande do Norte) as quais a metrópole natalense está submetida. Esta lista será avaliada em uma oficina.

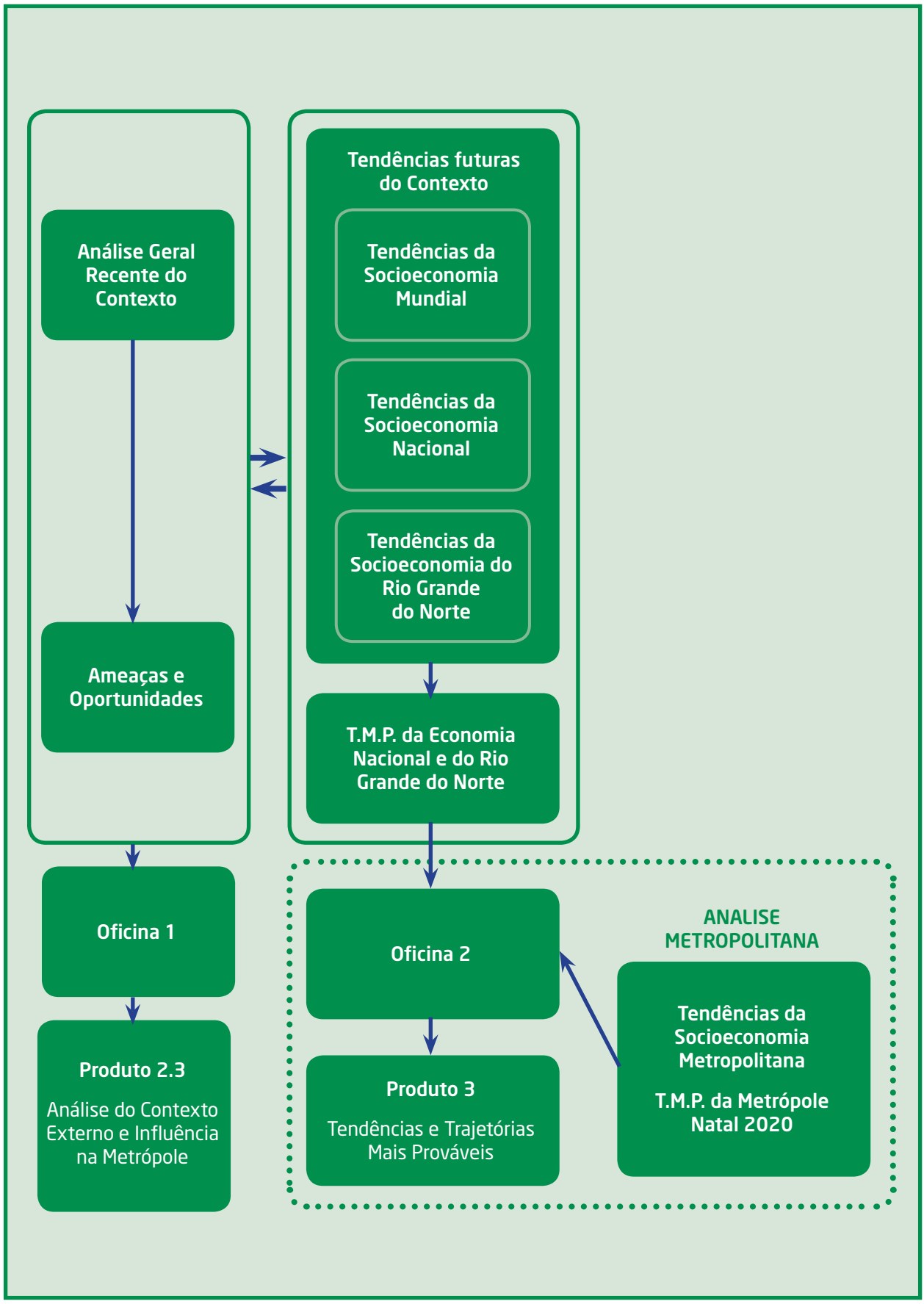
Oficina 1

Oficina de discussão e validação da Análise Geral Recente do Contexto e da Lista de Ameaças e Oportunidades (obs. esta oficina também terá a finalidade de avaliar o diagnóstico da metrópole e a lista das potencialidades e fragilidades metropolitanas)

Oficina 2

Oficina de discussão e validação das Tendências do Futuro do Contexto e da versão preliminar das Trajetórias Mais Prováveis do Futuro do Contexto. (obs. esta oficina também terá a finalidade de avaliar as Tendências do Futuro da Metrópole e a versão preliminar da Trajetória Mais Provável do Futuro da Metrópole).

Estas atividades previstas estão indicadas de forma esquemática no diagrama a seguir.


Análise Geral Recente do Contexto
Ameaças e Oportunidades
Tendências futuras do Contexto
Tendências da Socioeconomia Mundial
Tendências da Socioeconomia Nacional
Tendências da Socioeconomia do Rio Grande do Norte
T.M.P. da Economia Nacional e do Rio Grande do Norte
Oficina 1
Produto 2.3
Análise do Contexto Externo e Influência na Metrópole
Oficina 2
Produto 3
Tendências e Trajetórias Mais Prováveis
ANALISE METROPOLITANA
Tendências da Socioeconomia Metropolitana
T.M.P. da Metrópole Natal 2020

b) Informações que serão examinadas

i) Para a análise geral recente do contexto

Esta atividade consistirá basicamente num balanço geral das principais características do contexto mais geral na qual a Metrópole de Natal está inserida.

Com relação ao contexto mundial a idéia é traçar de forma sucinta os grandes marcos recentes (década de 1990 aos dias atuais) relacionados em especial à economia, à geopolítica, à demografia e à evolução das dinâmicas urbanas e regionais.

No âmbito do contexto nacional a proposta é, também de forma breve, relatar alguns dos movimentos e fatos mais relevantes relacionados a questões como: i) dinâmica macroeconômica, ii) comércio exterior e inter-regional; iii) infra-estrutura econômica (sistemas de transporte, energia, comunicação etc); iv) marcos regulatórios institucionais (ex. do estatuto da cidade), v) dinâmica urbana das cidades brasileiras, iv) pacto federativo etc.

No contexto estadual deverão ser examinados aspectos como: i) exame do desempenho atual da economia; ii) estrutura produtiva dominante; iii) características gerais das principais regiões do Estado; iv) rede urbana existente e perfil das principais cidades; v)principais articulações econômicas do interior com a RM de Natal; vi) quadro social; vii) fluxo migratório intra-estadual; etc. É importante ressaltar que diversos aspectos que serão analisados para o Estado se confundem com a metrópole, sobretudo levando em conta seu peso relativo econômico e social.

ii) Para a identificação das tendências mais relevantes do contexto

Para efeito de análise deverão ser consideradas como tendências mais relevantes do contexto na qual a Metrópole de Natal está inserida – tanto o contexto mais geral (o Mundo e o Brasil) quanto mais imediato (o do Rio Grande do Norte), as seguintes dimensões ou aspectos da realidade:

Tendências da socioeconomia mundial

- Sócio-culturais
- Geopolíticas
- Econômicas
- Regionais/urbanas
- Tecnológicas/energéticas
- Ambientais

Tendências da socioeconomia brasileira

- Demográficas
- Sócio-Culturais
- Macroeconômicas
- Setoriais/Infra-estruturais
- Regionais/urbanas
- Tecnológicas/energéticas
- Ambientais

Tendências da socioeconomia do Rio Grande do Norte

- Dinâmica econômica
- Demográficas
- Condições sociais
- Regionais/urbanas
- Tecnológicas/energéticas
- Ambientais
- Fatos Portadores de Futuro

iii) Para a elaboração das trajetórias mais prováveis do contexto

O conceito de Trajetória mais Provável refere-se ao desenho futuro com maior plausibilidade e factibilidade de ocorrer. Para o Plano da Metrópole Natal 2020 deverão ser identificadas as trajetórias mais prováveis do futuro da economia brasileira e do estado do Rio Grande do Norte.

Cada Trajetória conterá uma primeira parte onde se definem suas principais características (aspectos econômicos, demográficos, sociais, etc); e uma segunda, com descrição breve dos desdobramentos esperados para o horizonte 2007-2020, segundo cenas.

iv) Para definição das prinipais ameaças e oportunidades do contexto

As ameaças podem ser definidas como aqueles fatos, fenômenos, tendências ou situações existentes ou latentes no ambiente externo que se constituem ou podem vir a se constituírem em obstáculos, impedimentos ou conflitos de interesses para com a Metrópole de Natal. As oportunidades podem ser conceituadas como fatos, fenômenos, tendências ou situações existentes ou latentes no ambiente, que representam para o futuro desejado efeito indutor, possibilidades de alianças, estímulos, convergência de interesses para a Metrópole de Natal.

Em termos metodológicos, buscar a identificação de um conjunto de ameaças e oportunidades para a RM de Natal, levantadas a partir da análise do contexto (ora referentes ao mundo, ao Brasil e ao Rio Grande do Norte), tanto através da análise dos aspectos mais gerais que caracterizam esse contexto na atualidade quanto do levantamento das tendências mais relevantes identificadas para o seu futuro.

Com a validação de uma lista de ameaças e oportunidades mais relevantes, que deverá ocorrer como resultado de uma oficina específica, deverá ser feita, como será descrito mais a frente nesse relatório, um momento de avaliação estratégica onde essas ameaças e oportunidades serão confrontadas com um lista de fragilidades e potencialidades próprias da Metrópole de Natal.

c) Procedimentos adotados

i) Para a análise geral recente do contexto

Esta atividade terá como fontes básicas: sites especializados (ex. www.ibge.gov.br , www.ipea.gov.br); consultas a especialistas (incluindo-se os outros integrantes da equipe responsável pela elaboração do Plano); exame de relatórios e estudos específicos. No caso especificamente do contexto estadual devem ser incluídas, nas entrevistas previstas junto a atores relevantes locais, perguntas específicas que procuram identificar percepções sobre prováveis repercussões do Contexto sobre a Metrópole, especialmente buscando-se identificar aqueles aspectos considerados como ameaças ou como oportunidades para o desenvolvimento futuro da RM de Natal.

ii) Para a identificação das tendências mais relevantes do contexto

As fontes de informação para essa atividade são basicamente as mesmas do item anterior. O material resultante dessa atividade, em versão preliminar, deverá ser avaliado em oficina específica.

iii) Para a elaboração das trajetórias mais prováveis do contexto

Esta atividade será feita, em um primeiro momento, com enfoque mais técnico. O resultado, em versão preliminar, será avaliado na mesma oficina em que serão discutidas as tendências mais relevantes do Contexto.

iv) Para a definição das principais ameaças e oportunidades do contexto

O procedimento básico para identificação das ameaças e oportunidades, envolve um processo de exame técnico feito pela consultoria contratada, tomando-se como base tanto análise geral recente quanto a identificação das tendências mais relevantes feitas previamente no âmbito técnico. O resultado obtido deverá ser submetido em outra oficina, onde as ameaças e oportunidades serão discutidas e validadas.

d) Produtos Esperados

Produto 2.3 - Análise do Contexto Externo e Influencia na Metrópole.

Este produto deverá ser elaborado a partir do material validado na Oficina 1, concernente a Análise Geral Recente do Contexto e da Lista de Ameaças e Oportunidades

Produto 3 - Tendências e Trajetórias Mais Prováveis.

Parte desse produto será gerado da identificação do conjunto de tendências do Contexto Mundial, Nacional e Estadual e da definição das Trajetórias Mais Prováveis do Contexto Nacional e Estadual validados na Oficina 2. A outra parte que comporá esse Produto será composto do material elaborado no diagnóstico metropolitano feito pelas dimensões socioeconômica, físico-territorial, transporte, saneamento e ambiente, finanças públicas e político-institucional.

5 AS EQUIPES E A DIVISÃO DE TRABALHO

A coordenação geral dos trabalhos de elaboração do Plano Natal Metrópole 2020 está a cargo das economistas Tânia Bacelar de Araújo e Maria do Livramento Clementino e conta com especialistas distribuídos em duas equipes básicas: uma formada por professores e técnicos residentes em Natal e a outra por profissionais do Recife.

A equipe local, supervisionada por Maria do Livramento Miranda Clementimo, compõe-se dos integrantes a seguir relacionados, vinculados, em sua maioria, à dimensão físico-territorial, cuja formação acadêmica e área de atuação podem ser verificadas em Anexo.

- Urbanismo: Alessandro Ferreira Cardoso da Silva, Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha, Marcelo Bezerra de Melo Tinoco.
- Turismo e Desenvolvimento Rural : Rita de Cássia da Conceição Gomes.
- Geoprocessamento: Miguel Dagromir Zanic Cuellar e Sérgio Antônio da Silva Almeida.
- Transportes: Enilson Medeiros dos Santos.
- Demografia: Flávio Henrique de A. Freire.
- Meio ambiente: Vanildo Pereira da Fonseca.
- Equipe de apoio: Rosa Maria Lopes, Janaína Maria da C. Silveira e Francisco Júnior.

A maioria dos membros da equipe sediada em Natal possui vinculação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, na condição de professores ou de alunos.

A equipe domiciliada no Recife é integrada pelos profissionais indicados a seguir, de acordo com a área em que se acham engajados, nas dimensões econômico-social, ambiental, político-institucional e análise do contexto.

- Econômico-social: Leonardo Guimarães Neto, Paulo Ferraz Guimarães e Anita Dubeux
- Político-institucional: Francisco Sales Cartaxo Rolim.
- Contexto externo: Valdeci Monteiro dos Santos.
- Urbanista e Geógrafo: Norma Lacerda e Jan Bitoun.
- Base de informação: Jurema Regueira Arabyan.
- Equipe de apoio: João Crisóstomo Grillo Salles e Isaac Pedro da Silva.

6 AS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO E DE PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO TRABALHO

A elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal foi estruturada a partir da celebração de Contrato de Prestação de Serviços entre, de um lado, o Governo do Rio Grande do Norte, e de outro, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco – FADE.

O esquema de trabalho prevê, além dos estudos e metodologia já enunciados, forte articulação com os principais agentes políticos e sociais que atuam na RMN na esfera pública (federal, estadual e municipal), no setor privado e na sociedade civil organizada. Para tanto, foi criado no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal, o Comitê de Acompanhamento da Elaboração do Plano constituído por representantes de entidades, entre as quais figuram órgãos do setor público do Estado e da União, das prefeituras municipais, da iniciativa privada, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais. A composição atual é flexível na medida em que pode ser alterada para incorporar outros segmentos considerados não contemplados pela Resolução 01/2006, de 02 de agosto de 2006.

Essas entidades deverão interagir, formalmente, com as equipes técnicas nas diversas etapas do desenvolvimento dos trabalhos com vistas à discussão de temas relevantes e visando obter sugestões, de modo que no andamento do processo de elaboração do Plano haja espaço para soluções consensuais intermediárias.

O processo não se esgota nessa instância, posto que o Comitê possui caráter consultivo no sentido de subsidiar as deliberações do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal. Este sim, instância política decisória, mercê das características que o cercam e de sua composição.

7 CURRÍCULOS DA EQUIPE

ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA

Arquiteto pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN. Foi Professor Substituto no Departamento de Arquitetura da UFRN. Foi Chefe do Setor de Feiras e Mercados do Município do Natal da SEMSUR. É Chefe do Setor de Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Arqueológico da SEMURB, Coordenador do Grupo Temático: "Política Fundiária e Habitacional" – Processo de revisão do Plano Diretor de Natal e Arquiteto e Urbanista do Grupo Técnico "Natal do Futuro: Plano Integrado de Investimentos Urbanos". Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Processos Urbanos Contemporâneos (GECUP) do Departamento de Arquitetura da UFRN.

Principais Trabalhos na área de Planejamento: "Construção da Política Habitacional de Interesse Social para o Município de Natal" – Prefeitura Municipal de Natal (2004-2005); "Região metropolitana de Natal: Dinâmicas sócio-ocupacionais e Estruturas sócio-espaciais" - GECUP (2004-2006).

ANITA LEMOS DUBEUX

Economista pela UFPE. Pós-graduada em Planificação do Desenvolvimento Turístico (CICATUR/OEA, México), Engenharia Aplicada ao Turismo e à Hotelaria, Agência de Cooperação Técnica, Industrial e Econômica (ACTIM, Paris, França) e Consultoria Organizacional (Valença & Associados, Recife). Foi professora do Curso de Turismo da UNICAP, Presidente e Diretora de Operações da EMPETUR, Chefe do Departamento de Economia do Turismo da EMBRATUR, Assessora Especial da Presidência do CONDEPE

e Assessora Especial da Presidência da Secretaria de Cultura de Pernambuco. Consultora associada da CEPLAN.

Principais Trabalhos na área de Planejamento: "Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR" – SUDENE (1992); "Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sertão de Pernambuco" – CONDEPE (1998); "Plano de Desenvolvimento Sustentável da Mata de Pernambuco" – CONDEPE (1999); "Programa de Desenvolvimento Sustentável do Turismo para Fernando de Noronha" - SEBRAE-PE (1999-200); "Diagnóstico Participativo-DP" e "Plano de Investimentos Municipais – PIM do PROMATA/PE", referentes aos municípios de Escada, Amaraji, Primavera e Chã Grande – CEPLAN/ DIAGONAL URBANA (2003-2004); "Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (Regiões Norte e Nordeste)" IICA/ MDA (2005);

ENILSON MEDEIROS DOS SANTOS

Engenheiro Civil pela UFRN. Especialista em Engenharia de Sistemas pela UFSC. Mestre em Engenharia de Produção pela UFSC. Doutor em Engenharia de Transportes pela UFRJ. Professor do Departamento de Engenharia Civil da UFRN. Coordenador do Núcleo de Estudos em Transporte (NETNatal). Membro da Rede de Estudos de Engenharia e Socioeconômicos em Transporte, grupo multiinstitucional de pesquisa e consultoria (RESET).

Principais Pesquisas na área de Planejamento: Aspectos institucionais e gerenciais do transporte urbano em áreas metropolitanas: alternativas e perspectivas na Grande Natal (1998); Os transportes urbanos individuais e semicoletivos no Brasil: tendências das novas estratégias de expansão internacional da indústria automobilística e na perspectiva do Mercosul (1999); Diagnóstico do Sistema Viário e de Transportes de Natal/RN (1999); Termos de Referência, Minutas de Edital e Contrato referentes ao estudo de alternativas para a reorganização da rede de transporte público de Natal (2000); Financiamento do transporte urbano de massa (2001); Monitoramento da qualidade de estudo de reorganização da rede de transporte público por ônibus em Natal, RN (2002); Política, organização e regulação dos transportes públicos em Recife (2003).

FLÁVIO HENRIQUE MIRANDA DE ARAÚJO FREIRE

Graduado em Estatística pela UFRN e Doutor em Demografia pela UFMG. Professor do Departamento de Estatística da UFRN e Representante do Centro de Ciências Exatas e da Terra no comitê consultivo da Pró-reitoria de Extensão da UFRN.

Principais Pesquisas na área de Planejamento: "Estimativas e Projeções Populacionais de Pequenas Áreas dos Municípios do Rio Grande do Norte", "Diversidade Demográfica", "Mortalidade por causas externas nas microrregiões e municípios do Rio Grande do Norte, no período 1979-1999" no Grupo de Estudos Demográficos (UFRN); "O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal" - CNPQ/ FAPERN (2004); Dinâmica da Reprodução do Rio Grande do Norte - CNPQ/ FAPERN (2004); Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança urbana - CNPQ/ UFRN (2006).

FRANCISCO SALES CARTAXO ROLIM

Advogado pela UFBA. Pós-graduado em Elaboração e Análise de Projetos Industriais (UFBA) e em Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico (ONU/CEPAL/SUDENE/BNDE). Foi Chefe de Gabinete do Superintendente da SUDENE, Assessor da Presidência e Chefe-adjunto para Divulgação e Promoção do Gabinete da Presidência do BNB, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Governo da Paraíba, Secretário Adjunto da Secretaria da Fazenda do Governo de Pernambuco, Diretor Executivo da AD-DIPER, Chefe de Gabinete da URB e Secretário-adjunto da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade do Recife. Autor do livro Do Bico de Pena à Urna Eletrônica (Editora Bagaço). Consultor associado da CEPLAN.

Principais Trabalhos na área de Planejamento: "Planejamento Estratégico da Caixa Econômica Federal" - CAIXA (2004-2005); "Planejamento Integrado de Ação Regional do Sistema de Planejamento da Caixa Econômica Federal: Experiências-pilotos nas Superintendências do Sul de Minas Gerais e Rio Grande do Norte" (em andamento) - CAIXA (2006).

JAN BITOUN

Geógrafo e Mestre pela Universidade de Paris X. Doutor pela Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Foi Coordenador do Curso de Mestrado em Geografia da UFPE, Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e Assessor Técnico Especial da SEPLAM da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e Assessor da Secretaria de Saúde da PCR. Professor-Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, Coordenador do Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Sócio-Ambientais (FASE / Mestrado em Geografia UFPE) e Coordenador do Curso de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia da UFPE. Consultor associado da CEPLAN.

Principais Trabalhos na área de Planejamento: "Desenvolvimento Sustentável no Plano Diretor Metropolitano" - FIDEM (1996); "Relatório sobre o uso e ocupação do solo nas bacias hidrográficas do Capibaribe, Beberibe, Jaboatão e Ipojuca" - SEPLAN/PE (1997); "Plano Estratégico da Bacia do Beberibe" - FIDEM (2000); "Diagnóstico Ambiental, Urbanístico e Social dos Morros da Região Metropolitana do Recife e do Manual de Ocupação dos Morros" - FIDEM (2001); "Apoio Técnico aos Distritos Sanitários para Territorialização dos Agentes de Saúde Ambiental" - Convênio Secretaria Municipal de Saúde do Recife/ FADE - UFPE (2003); "O Desenvolvimento Humano no Recife Metropolitano" - Projeto PNUD BRA-01/032 (2003); "Sistema Nacional de Informações das Cidades / Atividade 5.1: Classificação (Tipologia) das Cidades Brasileiras" - Projeto PNUD BRA/04/022 / Ministério das Cidades (2005).

LEONARDO GUIMARÃES NETO

Economista pela UNICAP, Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Ex-Professor Adjunto do Mestrado e do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba. É sócio fundador da CEPLAN (Consultoria Econômica e Planejamento). Consultor do IICA/OEA, do PNUD/ONU, da FUNDAP/IESP e do Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas. Foi economista da SUDENE e da FUNDAJ. Co-autor dos livros Introdução à Formação Econômica do Nordeste (Editora Massangana), Desigualdades Regionais e Desenvolvimento - Federalismo no Brasil (FUNDAP), O GTDN - da Proposta à Realidade - Ensaios sobre a Questão Regional (IPESP), Planejamento no

Brasil (Editora Perspectiva) e Unidade e Fragmentação (Editora Perspectiva).

Principais Trabalhos na área de Planejamento: "Plano de Desenvolvimento da Amazônia" – SUDAM/ FINAM (1989); "Planos de Desenvolvimento Regionais dos Municípios do Oeste e Setentrião Paranaense" – IPEA/ PNUD/ Paranacidade-PR (1998); "Planos de Desenvolvimento Sustentável do Seridó" – Governo do Rio Grande do Norte/IICA (2000); "Planos de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte" – Governo do Rio Grande do Norte/ IICA (2002); "Planos de Desenvolvimento Sustentável do Agreste" – Governo do Rio Grande do Norte/ IICA (2004); "Planejamento Estratégico da Caixa Econômica Federal" – CAIXA (2004-2005); "Sergipe: Desempenho, Perspectivas Econômicas e Evolução dos Indicadores Sociais" – Governo de Sergipe (2005); "Planejamento Integrado de Ação Regional do Sistema de Planejamento da Caixa Econômica Federal: Experiências-pilotos nas Superintendências do Sul de Minas Gerais e Rio Grande do Norte" (em andamento) – CAIXA (2006).

MARCELO BEZERRA DE MELO TINOCO

Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Especialista em Planejamento e Tecnologia da Habitação pelo IPT/JICA. Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP. Foi pesquisador do Centre Culturel Georges Pompidou / Fondation Le Corbusier (Paris), Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, Coordenador do Projeto de Pesquisa "Alternativas Tecnológicas e Tipológicas para a Habitação Popular no Rio Grande do Norte" e Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Natal.

Principais Trabalhos na área de Planejamento: "Projeto Favela" – USP/ CDHU (1984); "Plano Diretor de Parnamirim/RN" (1998); "Plano Diretor de Limpeza Urbana" - SEGOV/FUNPEC (2001); "Plano de Recuperação Urbanístico-Ambiental e Social do Riacho das Lavadeiras e seu Entorno" – CAERN/ FUNPEC (2004); "Política Habitacional de Interesse Social de Natal" – SEMTAS/ FUNPEC (2004/2005); "Plano de Reabilitação da Ribeira" (em andamento) – SEMPLA/ FUNPEC (2006).

MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO

Socióloga e Politicóloga pela Faculdade de Sociologia e Política do Rio Grande do Norte e Economista pela UFRN. Mestre em Sociologia e Doutora em Economia – Urbana e Regional pela UNICAMP. Pós-doutora pela Lyon2 (França). Foi Presidente do Conselho Municipal de Habitação, Presidente do COMPLAN, Secretária de Administração Planejamento do Município de Natal, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Diretora do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UFRN. Desenvolveu trabalhos de consultoria para instituições públicas (governamentais e não governamentais): SUDENE, Centro Josué de Castro, UNIEMP-FIESP/SP, INCRA, Conselho Estadual de Educação do Ceará, NESUR-UNICAMP, CAPES, Ministério das Cidades, Prefeitura de Natal. Professora de Sociologia Urbana e de Desenvolvimento Urbano e Regional nos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais e Economia da UFRN, Coordenadora do Núcleo Avançado de Políticas Públicas da UFRN, Coordenadora do Núcleo RN/Natal da Rede Observatório das Metrópoles – IPPUR/UFRJ e Coordenadora do Projeto CNPq/PRONEX/FAPERN-RN: "O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal".

Principais Trabalhos na área de Planejamento: Plano para Habitação de Interesse Social para o Município de Natal – Prefeitura de Natal (2005); Estudo para Reabilitação do Bairro da Ribeira em Natal – CAIXA / Ministério das Cidades (2006); Projeto de Elaboração do Mapa Social da Região Metropolitana de Natal – UFRN/ CNPQ/PRONEX/ FAPERN (2004-2006).

MARIA DULCE PICANÇO BENTES SOBRINHA

Arquiteta e Urbanista pela UFRN. Especialista em Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal pelo IBAM. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRG. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Arquiteta Urbanista da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (CDI/RN) e Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Integrante dão BANCO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE PLANOS DIRETORES: avaliação e acompanhamento do processo de elaboração de Planos Diretores no Rio Grande do Norte.

Principais Trabalhos na área de Planejamento: Plano Diretor de Limpeza Urbana para a Região Metropolitana de Natal – CNPQ/ UFRN (2002); Plano para Habitação de Interesse Social para o Município

de Natal – Prefeitura de Natal (2005); "O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal: Desigualdades Sociais e Governança Urbana" – CNPQ/ UFRN (2004-2006); "Análise do processo de revisão / formulação dos Planos Diretores instituídos e em fase de elaboração no Rio Grande do Norte, nos períodos (1990- 2004) e (2005-2007)" – UFRN (1990-2007).

MIGUEL DRAGOMIR ZANIC CUELLAR

Engenheiro Eletrônico pela Universidad del Norte (Chile) com especialização em Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento. Trabalha no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Experiência na área de Engenharia Aeroespacial, com ênfase em especificação de Estações de Recepção de satélites de Sensoriamento Remoto. Atua na parte de criação de um Grupo de Especialista em Geoprocessamento, o qual tem a função de capacitar pessoal da região nordeste do País através de cursos de curta duração do INPE e formar grupos de trabalho com os quais desenvolvem projetos aplicados a região utilizando programas e softwares livres desenvolvidos pelo INPE (SPRING e TeraView).

NORMA LACERDA GONÇALVES

Arquiteta pela UFPE. Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de Paris III (Sorbonne-Nouvelle). Foi presidente da Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) e Diretora Geral de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Recife. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

Principais Pesquisas na área de Planejamento: Planejamento territorial e governabilidade metropolitana (1997); Regiões metropolitanas do Nordeste do Brasil (1998); Planejamento territorial na Região Metropolitana do Recife (1999); Planejamento metropolitano no Brasil: uma proposta de conservação urbana e territorial (1999); Planejamento estratégico de cidades e desenvolvimento local (2001); Mercados informais de solo urbano e acesso dos pobres ao solo - Região Metropolitana do Recife (2005).

PAULO FERRAZ GUIMARÃES

Economista pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com Pós-graduação em administração financeira (FCAP-UPE) e Mestre em gestão pública (PNUD/UFPE). Foi Presidente do Conselho Regional de Economia (CORECON-PE) em 2003 e 2004. Desenvolveu trabalhos de consultoria e pesquisa junto a diferentes instituições: BIRD, IICA/OEA, Fundaj, Centro Josué de Castro, Macroplan, BNB, CNI, Sebrae, CAIXA, Ministério das Relações Exteriores, Celpe, Chesf, IPSA/UFPE, AD-Diper, Coelba, Facepe. Foi professor de economia da Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA. É atualmente professor de economia da Faculdade Boa Viagem e sócio fundador da CEPLAN.

Principais Trabalhos na área de Planejamento: "O Terciário em Pernambuco: Um Estudo Exploratórios" - Pesquisador-Bolsista da Facepe (2003); "Cenários Sócio-Econômicos para o Estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco" - Coelba, Cosern e Celpe/Grupo Neoenergia (2005); Evolução Recente e Cenários Econômicos e Demográficos do Rio Grande do Norte: 2006-2016"- Cosern (2006).

RITA DE CÁSSIA DA CONCEIÇÃO GOMES

Geógrafa pela UFRN. Mestre em Geografia pela UFPE. Doutora em Geografia pela UNESP. Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRN.

Principais Pesquisas na área de Planejamento: "Desigualdades Sócio-espaciais na Região Metropolitana de Natal/RN" – CNPq/FAPERN; "Planejamento, gestão do território e desenvolvimento socioespacial nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte" – CNPq; "Pesquisa em Socioeconomia e Meio Ambiente para diagnóstico e monitoramento ambiental na Microrregião Homogênea de Mossoró com apoio de sensoriamento remoto e SIG" – FINEP.

SÉRGIO ANTÔNIO DA SILVA ALMEIDA

Graduado em Biologia Marinha com Licenciatura Plena pela Faculdade de Biologia e Psicologia Maria Thereza (FAMATH). Especialista em Oceanografia Química e Mestre em Geociências (Geoquímica) pela UFF, Doutor em Ciências (Energia Nuclear na Agricultura) pela USP e Pós-doutor pelo INPE. Foi professor assistente da FAMATH, Técnico do Oceansat Tecnologia Espacial Para o Monitoramento Ambiental e

do Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande (IED-BIG) e Diretor da Fundação Municipal do Meio Ambiente. Bolsista do Dep. de Ciências Ambientais da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) e Colaborador do Centro Regional de Natal do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CRN-INPE).

Principais Trabalhos na área de Planejamento: "Proposta Técnica de Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento Ambiental Municipal" – Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios (1999-2000); "Gestão Ambiental Municipal" - Prefeitura Municipal de Saquarema (2000); "Desenvolvimento Sustentável da Maricultura de Ostras no Estuário do Curimataú (Rn)" - Projeto Fnma - MMA (2000); "Banco de Dados Georeferenciados da Reforma Agrária do Rio Grande do Norte", utilizando como ferramenta computacional o TERRAVIEW desenvolvido pelo INPE - Projeto para encaminhamento ao BNB (2005-2006).

TANIA BACELAR DE ARAÚJO

Economista pela UNICAP, socióloga pela Fafire, Mestre e Doutora em Economia pela Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Foi diretora da Sudene e da Fundaj; Secretária de Planejamento e da Fazenda do Estado de Pernambuco; Secretária de Planejamento do Município do Recife; e Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional. Desenvolveu trabalhos de consultoria e pesquisa junto a organismos internacionais como IICA, PNUD, BID e OIT; e nacionais como IPEA, CNI, CUT, FUNDAP/IESP, BNB, SEBRAE, SENAC, CAIXA, CGEE/MCT, MDA, Paranacidade, Senac/PE, Celpe e Chesf. Foi professora do Departamento de Economia da UFPE, da UNICAP e de cursos de pós graduação na UFMA e no NAEA-UFPA . Tem vários trabalhos publicados, em sua área de atuação, no Brasil e no exterior. É integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Governo Federal. É professora da Pós-Graduação em Geografia da UFPE e sócia fundadora da Ceplan.

Principais Trabalhos na área de Planejamento: "Pernambuco 2010: Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de Pernambuco" – CONDEPE (1995); "Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e do Sertão de PE" – IICA (1995/96); "Planos de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte" – Governo do Rio Grande do Norte/IICA (1997); "Planos de Desenvolvimento Regionais dos Municípios do

Oeste e Setentrião Paranaense" - IPEA/ PNUD/ Paranacidade-PR (1998); "Planos de Desenvolvimento Sustentável do Seridó" - Governo do Rio Grande do Norte/IICA (2000); "Dinâmica Urbana e Regional de Natal e Possíveis Impactos do e no Projeto de Trem Urbano de Passageiros" BNDES (2001); "Planejamento Estratégico da Caixa Econômica Federal" - CAIXA (2004-2005); "Sergipe: Desempenho, Perspectivas Econômicas e Evolução dos Indicadores Sociais" - Governo de Sergipe (2005); "Planejamento Integrado de Ação Regional do Sistema de Planejamento da Caixa Econômica Federal: Experiências-pilotos nas Superintendências do Sul de Minas Gerais e Rio Grande do Norte" (em andamento) - CAIXA (2006).

VALDECI MONTEIRO DOS SANTOS

Economista pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestre em Desenvolvimento Urbano e Regional (MDU/UFPE) e doutorando de Economia (IE-Unicamp). Foi assessor da presidência do Condepe e consultor da Cláudio Porto & Consultores Associados. Desenvolveu trabalhos de consultoria e pesquisa para diversas instituições internacionais como o IICA e PNUD; e nacionais como o Sebrae, Senai-BA, IPEA, Fundap-IESP, Facepe, Eletronorte; Geipot, CEF, Paranacidade-PR, Chesf, Celpe, Coelba, Emprel, CPRH, AD-Diper, Condepe. Foi professor-bolsista do IE-Unicamp e professor na FACP-UPE, ESUDA e curso de Relações Internacionais da UFPE. É professor-adjunto do Departamento de Economia da Unicap e novo sócio da CEPLAN.

Principais Trabalhos na área de Planejamento: "Pernambuco 2010: Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de Pernambuco" - CONDEPE (1995); "Cenários do Ambiente de Negócios das Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco" - Sebrae-PE (1996-1997); "Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável da RMR" Fidem - CONDEPE (1997-1998); "Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Cabo de Santo Agostinho" - Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho (1997); "Planos de Desenvolvimento Regionais dos Municípios do Oeste e Setentrião Paranaense" - IPEA/ PNUD/ Paranacidade-PR (1998); "Cenários Sócio-Econômicos para o Estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco" - Coelba, Cosern e Celpe/Grupo Neoenergia (2005); "Planejamento Integrado de Ação Regional do Sistema de Planejamento da Caixa Econômica Federal: Experiências-pilotos nas Superintendências do Sul de Minas Gerais e Rio Grande do Norte" (em andamento) - CAIXA (2006).

VANILDO PEREIRA DA FONSECA

Graduado em Geologia pela UFRN. Especialista em Geologia Sedimentar pela UFRN. Mestrado em Geologia pela UFMG. Doutorado em Geociências pela UFRGS. Professor do Departamento de Geologia da UFRN e de cursos técnicos de 2° Grau em Geologia e Mineração da ETFRN e Presidente da Associação Profissional de Geólogos do Rio Grande do Norte (AGERN).

Principais Pesquisas na área de Planejamento: Compartimentação morfoneotectônica de um segmento do litoral setentrional do Rio Grande do Norte (2001); Anteprojeto para criação de uma Unidade de Preservação Integral na área do Sistema de dunas e lagoas de Lagoinha (Zona de Proteção Ambiental Lagoinha ZPA-05) – Natal/RN (2004); Avaliação geológica, geormorfológica, hidrogeológica e ambiental da Zona de Proteção Ambiental ZPA-5, Região de Lagoinha, Natal/RN (2004); Degradação ambiental na cidade do Natal: aspectos geomorfológicos e hidrogeológicos (2005).